



ACADEMIA MILITAR

O EMPREGO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR PORTUGUESA NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ: 1962-1975

Autora: Aspirante de Cavalaria Mariana Couto Pereira da Silva

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria José Manuel Carreiro Crespo

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2014



ACADEMIA MILITAR

O EMPREGO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR PORTUGUESA NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ: 1962-1975

Autora: Aspirante de Cavalaria Mariana Couto Pereira da Silva

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria José Manuel Carreiro Crespo

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2014**

Dedicatória

Aos meus pais, às minhas irmãs e aos meus amigos,
que sempre me apoiaram.

Agradecimentos

Este Trabalho de Investigação Aplicada é o resultado de muitos contributos e auxílio de várias pessoas, sem os quais seria inviável a conclusão do mesmo.

Ao Tenente-Coronel de Cavalaria José Manuel Carreiro Crespo, pela disponibilidade em abraçar este trabalho, pelo empenho, dedicação e colaboração na realização do mesmo.

Ao Tenente-Coronel de Cavalaria José Miguel Moreira Freire e ao Major de Cavalaria Carlos Manuel Costa Gabriel por todo o auxílio, dedicação e paciência desde o início da realização e idealização deste trabalho.

A Sua Ex.^a Tenente-General Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto, ao Coronel de Cavalaria Manuel Maria Pinheiro das Neves Veloso e ao Coronel de Cavalaria Hernâni Anjos Moás pelos contributos das suas experiências no Teatro de Operações que foi um grande auxílio e referência para a execução do trabalho.

Ao Curso Costa e Silva, especialmente o Curso de Cavalaria, por todo o apoio, paciência e camaradagem ao longo destes cinco anos.

À minha família e amigos pela compreensão, dedicação e apoio que sempre tiveram para comigo.

A todos vós, o meu OBRIGADO!

Mariana Couto Pereira da Silva

Resumo

Este Trabalho de Investigação Aplicada debruça-se sobre a temática do emprego operacional da Polícia Militar Portuguesa no Teatro de Operações da Guiné entre 1962 e 1975.

O emprego de uma força operacional quer seja num exercício ou num teatro de operações, oferece Observações e, posteriormente, Lições Aprendidas que poderão ser úteis para que essa força ou uma outra força qualquer identifique alterações a serem efetuadas ou boas práticas a serem praticadas. A Polícia do Exército tem, entre outras, a missão de auxiliar o Comandante da força, garantindo a manutenção da ordem e disciplina, essenciais ao seu Comando e Controlo. Deste modo, a constante melhoria e evolução dos procedimentos, organização e formas de emprego desta unidade são uma mais-valia.

O trabalho de investigação tem, então, como objetivo geral determinar que Observações podem ser retiradas do emprego da Polícia Militar na Guiné aquando da Guerra do Ultramar, entre 1962 e 1975.

A primeira fase desta investigação científica centrou-se na pesquisa de literatura acerca dos principais conceitos relacionados com o tema. A segunda fase foi composta pelo trabalho de campo, este resume-se à recolha de informação através de Entrevistas, com o intuito de analisar, comparar e retirar conclusões das opiniões das Entidades entrevistadas.

As Observações retiradas desta investigação científica são relativas à preparação da força, cujo tempo era curto para o ideal e era faltosa em aspetos de preparação da força para o tipo de terreno e as características da população; e à atribuição de missões para as quais as Companhias de Polícia Militar não se encontravam preparadas nem possuíam o material adequado para a execução das mesmas.

Palavras-Chave: Polícia Militar, Guiné, Polícia do Exército, Aprendizagem, Observações.

Abstract

The present Applied Investigation Report addresses the theme of the Service of the Portuguese Military Police in the Province of Guinea between 1962 and 1975.

The usage of an operational force, whether it is in exercises or missions on areas of operations, grants us Observations and Lessons for the same or another force to be used in a more effective way. The Military Police has, among others, the mission to assist the force's Commander, maintaining the force's discipline and order. This being, the constant improvement of procedures, organization and ways of usage, are assets for this and any other force.

This investigation work has as the main goal to determine which Observations can be withdrawn from the Military Police's deployment to Guinea during the Ultramar's War, between 1962 and 1975.

The first phase of this scientific investigation consisted of a research on the main literature related to this theme. The second phase consisted of the field work; this work is resumed to the collection of information through Interviews, with the main goal of analyzing, comparing and retrieving conclusions from the various opinions of the interviewed Entities.

The Observations withdrawn from this investigation report are relative to the force's preparation for the mission such as: lack of time given to this preparation and lack of information for the soldiers to know the type of terrain of the operations area and the Province's population's characteristics; and relative to the missions outside the attributions that these Military Police forces had.

Key words: Military Police; Guinea; Army's Police; Learning; Observations.

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice Geral	v
Índice de Figuras	viii
Índice de Tabelas	ix
Lista de Apêndices	x
Lista de Anexos	xi
Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos	xii
Capítulo 1: Introdução	1
1.1. Introdução	1
1.2. Enquadramento do Tema	1
1.3. Justificação do Tema.....	2
1.4. Questão Central e Questões Derivadas	3
1.5. Objetivo Geral e Objetivos Específicos	3
1.6. Metodologia	4
1.7. Estrutura do Trabalho	4
Parte Teórica	6
Capítulo 2: Conceitos	6
2.1. Introdução	6
2.2. O Processo de Lições Aprendidas	6
2.2.1. As Etapas de Aprendizagem	7
2.2.2. Ciclo de Boyd.....	7

2.2.3. Descrição do Processo de Lições Aprendidas.....	8
2.2.4. Recolha de Observações.....	11
2.2.4.1. Entrevistas Pós-Operação e Pós-Exercício.....	12
2.2.4.2. Gestão e Processamento de Observações	13
Capítulo 3: Contextualização	14
3.1. Introdução	14
3.2. O Conflito	14
3.2.2. Caraterização do Teatro de Operações da Guiné	17
3.2.3. Organização Territorial, Estrutura de Comando e Efetivos.....	19
3.3. A Polícia Militar	20
3.3.1. Doutrina, Missões Atribuídas e Autoridade	20
3.3.2. Organização e Composição das CPM	21
3.3.3. A Base Legal e a Atuação da PM.....	22
3.3.4. A Seleção e Instrução dos Agentes PM	23
3.3.5. A Polícia Militar na Guiné	25
Parte Prática	28
Capítulo 4: Trabalho de Campo	28
4.1. Introdução	28
4.2. Método de Trabalho de Campo.....	28
4.3. Aplicabilidade do Assunto.....	28
4.4. Entrevistas.....	29
4.4.1. Caraterização dos Entrevistados.....	30
4.5. Conclusão.....	31
Capítulo 5: Análise e Discussão dos Resultados	32
5.1. Introdução	32

5.2. Análise das Entrevistas e Verificação das Observações	32
5.3. Conclusões.....	39
Capítulo 6: Conclusões e Recomendações	40
6.1. Introdução	40
6.2. Cumprimento dos Objetivos	40
6.3. Resposta às Questões Derivadas	41
6.4. Resposta à Questão de Partida	42
6.5. Reflexões Finais.....	43
6.6. Limitações da Investigação.....	44
6.7. Investigações Futuras.....	44
Bibliografia.....	45
Apêndices.....	1
Anexos.....	1

Índice de Figuras

Figura nº 1 - Ciclo de Boyd	8
Figura nº 2 - O Processo de Lições Aprendidas	9

Índice de Tabelas

Tabela nº 1 - Aplicabilidade de um Assunto	11
Tabela nº 2 - CPM Mobilizadas para o TO	27
Tabela nº 3 - Pelotões Mobilizados para o TO	27
Tabela nº 4 - Aplicabilidade do Estudo	29
Tabela nº 5 - Entidades Entrevistadas	31
Tabela nº 6 - Análise das Entrevistas	33
Tabela nº 7 - Verificação das Observações	35
Tabela nº 8 – Verificação das Observações Identificadas	37

Lista de Apêndices

Apêndice A: História das CPM Mobilizadas para a Guiné	2
A.1. CPM nº 257:1961-1963	2
A.2. CPM nº 1489: 1965-1967	3
A.3. CPM nº 1751:1967-69	5
A.4. CPM nº 2537: 1969-1971	6
A.6. CPM nº 8242/72: 1973-1974	9
Apêndice B: Entrevistas	11
B.1. Guião da Entrevista	11
B.2. Transcrição das Entrevistas	13
B.2.1. Entrevista 1	13
B.2.2. Entrevista 2	20
B.2.3. Entrevista 3	25

Lista de Anexos

Anexo A: Modelo de Lição	2
Anexo B: Registo de Observações	5
Anexo C: Processo de Entrevista.....	8
Anexo D: Mapa da Província da Guiné.....	11
Anexo E: Designação e Estacionamento das Un Ultramarcas Segundo a Legislação Anterior a 1960	12
Anexo F: Quadro de Efetivos nos 3 TO	13
Anexo G: Relatório de Instrução do RL2	14

Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos

A

Abr	-	Abril
Adjt	-	Adjunto
Ago	-	Agosto
Alf	-	Alferes
AM	-	Academia Militar

B

Bat	-	Batalhão
BCaç	-	Batalhão de Caçadores

C

Cav	-	Cavalaria
CCaç	-	Companhia de Caçadores
CEME	-	Chefe do Estado-maior do Exército
Cond	-	Condutor
CPM	-	Companhia de Polícia Militar
CTIG	-	Comando Territorial Independente da Guiné

D

Dez	-	Dezembro
DGS	-	Direção-Geral de Segurança

E

ERec	-	Esquadrão de Reconhecimento
Esq	-	Esquadra
EUA	-	Estados Unidos da América

Ex.^a	-	Excelência
Exm^o	-	Excelentíssimo
F		
FA	-	Força Aérea
Fev	-	Fevereiro
Fur	-	Furriel
J		
Jan	-	Janeiro
Jul	-	Julho
Jun	-	Junho
L		
LI	-	Lição Identificada (Lesson Identified)
LL	-	Lição Aprendida (Lesson Learned)
LLSO	-	Oficial de Lições Aprendidas (Lessons Learned Staff Officer)
M		
Mai	-	Maio
Mar	-	Março
Mil	-	Miliciano
N		
NATO	-	North Atlantic Treaty Organization
Nov	-	Novembro
O		
ODCR	-	Observação, Discussão, Conclusão e Recomendação (Observation, Discussion, Conclusion, and Recommendation)
OODA	-	Observar, Orientação, Decisão e Ação

P	
PAIGC	- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PE	- Polícia do Exército
Pel	- Pelotão
PM	- Polícia Militar
PPM	- Pelotão de Polícia Militar
PSP	- Polícia de Segurança Pública
Q	
QG	- Quartel-General
QP	- Quadros Permanentes
R	
Reab	- Reabastecimento
Reg	- Regimento
RL2	- Regimento de Lanceiros nº2
S	
Sarg	- Sargento
Sec	- Secção
Set	- Setembro
T	
TAP	- Transportes Aéreos Portugueses
Tms	- Transmissões
TMT	- Tribunal Militar Territorial
TO	- Teatro de Operações
Ton	- Toneladas

U
Un - **Unidade**

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

Decorrente do plano de estudos do mestrado em Ciências Militares, especialidade de Cavalaria (Cav), ministrado pela Academia Militar (AM), surge o Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema: “*O Emprego Operacional da Polícia Militar Portuguesa no Teatro de Operações da Guiné: 1962-1975*”.

Neste capítulo é feito o enquadramento do tema, a justificação do mesmo, é exposto o problema de investigação, são enumerados os objetivos específicos que se pretendem atingir com este trabalho são enunciadas a questão central e questões derivadas de investigação. É explanada também a metodologia utilizada durante a execução da investigação e redação do trabalho e são apresentados sucintamente cada um dos capítulos.

1.2. Enquadramento do Tema

Uma força ou unidade militar de qualquer tipo tem necessariamente de se caracterizar pela sua disciplina, não só pela lógica subordinação ao comandante e hierarquia superior, como também pela necessidade de garantir que o pessoal militar não “cometa atos atentatórios de disciplina ou desprestigiantes para as instituições militares” (Escola Prática de Cavalaria, 2000, p.7)

A Polícia do Exército (PE), antiga Polícia Militar (PM), tem como missão geral “auxiliar o Comandante de quem depende, na manutenção da ordem e da disciplina, na proteção da propriedade pública e particular e no cumprimento das leis, regulamentos e ordens superiores, podendo ainda desempenhar outras missões de acordo com as diretivas do respetivo Comando” (Escola Prática de Cavalaria, 2000, p.6).

A PE tem, então, tanto em tempo de Paz, como em tempo de Guerra, tanto em território nacional, como em Zona de Operações, entre outras, a missão de auxiliar o

Comandante no seu Comando e Controlo¹. Deste modo, a constante melhoria e evolução dos procedimentos, organização e formas de emprego desta unidade são uma mais-valia para esta mesma e qualquer outra força ou Comandante que desta dependa.

1.3. Justificação do Tema

“Face às constantes e rápidas mudanças no mundo atual, a capacidade para identificar e implementar melhorias rapidamente tem uma importância elevada na capacidade das organizações para cumprirem as suas missões” (Ministério da Defesa Nacional, 2013, p.XVII). Todo o emprego de uma força operacional num Teatro de Operações (TO) oferece Observações² e Lições Aprendidas (LL – Lesson Learned) para essa mesma força, ou outra qualquer força a ser empregue nesse TO ou outro semelhante, numa forma mais eficaz. A importância de fazermos uma análise crítica ao emprego numa força num TO advém da possibilidade de retirarmos lições para uma maior eficiência e eficácia no futuro.

É certo, que nestes estudos e reflexões, nem todos os ângulos são cobertos, esta investigação foi feita em vista a identificar as observações retiradas do emprego da PM na no TO da Guiné entre 1962 e 1975.

¹ O Comando e Controlo é a função de combate que engloba as tarefas e sistemas que apoiam o comandante no exercício da autoridade e direção. Inclui as tarefas associadas à obtenção de informação acerca das forças amigas, gestão da informação relevante e liderança dos subordinados. Através do comando e controlo os comandantes integram todas as funções de combate (Comando de Instrução e Doutrina, 2007).

² “Uma Observação é um comentário baseado em qualquer coisa que foi ouvida, vista ou noticiada e que foi identificado e documentado como uma questão a ser melhorada ou poderá ser considerada uma boa prática. Para cada atividade existe um resultado esperado. Se tudo correr conforme esperado, há pouco para aprender com a atividade. No entanto, se as expectativas não forem satisfeitas ou forem excedidas, há algo a aprender. Qualquer diferença em relação ao resultado esperado deve ser registada como uma observação, descrevendo: a sequência de eventos, as condições em que ocorreram e outros detalhes quantificáveis” (Estado Maior do Exército, 2012).

1.4. Questão Central e Questões Derivadas

Esta investigação tem como principal finalidade responder à seguinte questão: **Que Observações podem ser retiradas do emprego operacional da PM no TO da Guiné entre 1962 e 1975?**

Para tal, propomo-nos a responder às seguintes questões derivadas:

- Questão 1: As tarefas desempenhadas pela PM no teatro de operações da Guiné correspondiam às tarefas atribuídas doutrinariamente?
- Questão 2: Os meios disponibilizados para o treino operacional e consequente emprego da força eram os adequados/necessários?
- Questão 3: O treino e instrução de aperfeiçoamento dos militares da PM eram os adequados para o emprego da força no TO?
- Questão 4: A base doutrinária e legal de atuação da PM entre 1962 e 1975 eram as adequadas para enquadrar o emprego das forças?

1.5. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Tendo em vista a questão central e as questões derivadas definidas para este trabalho de investigação, é definido, então, o objetivo geral e objetivos específicos. Este TIA tem como objetivo geral **Determinar que Observações podem ser retiradas do emprego da PM na Guiné aquando da Guerra de Ultramar, entre 1962 e 1975**. Como objetivos específicos foram definidos os seguintes:

1. Analisar o processo de Recolha de Observações do Processo de Lições Aprendidas;
2. Analisar a forma como os militares eram selecionados para servirem como Agentes PM;
3. Analisar a forma como os militares eram instruídos para servirem como Agentes PM;
4. Analisar a forma como foi feita a preparação para o destacamento das unidades PM;
5. Analisar as exigências do TO;
6. Analisar a base legal de atuação da PM;

7. Analisar o enquadramento doutrinário da PM.

1.6. Metodologia

Este trabalho segue as Normas de Execução Permanentes da AM relativas ao Trabalho de Investigação Aplicada – Norma para a Redação do Relatório Científico Final (Direção de Ensino, 2013), as quais são complementadas, em casos de informação omissa com o proposto por (Sarmiento, 2013) no Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada.

A primeira fase desta investigação científica centrou-se na pesquisa de literatura acerca dos principais conceitos relacionados com o tema. Para tal foram consultados e serviram de base para a elaboração deste trabalho, os principais autores nesta área, assim como as publicações e normas que contextualizam a mesma.

A segunda fase foi composta pelo trabalho de campo, este resume-se à recolha de informação através de Entrevistas, com o intuito de analisar, comparar e retirar conclusões no que toca à questão central desta investigação científica. Deste modo foram utilizados os métodos de observação direta, inquisitivo e indutivo.

1.7. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho de investigação está dividido em duas partes. A primeira parte, a Parte Teórica, apresenta o produto da revisão de literatura elaborada através da explanação dos principais conceitos e da contextualização da temática, que serão úteis para atribuir significado aos resultados posteriormente obtidos. Desta forma, a parte teórica está dividida em dois capítulos, no primeiro capítulo são apresentados os conceitos significativos para este trabalho e no segundo é feito um enquadramento do assunto em estudo.

A segunda parte, a Parte Prática, consiste no trabalho de campo de forma a recolher o máximo de informação sobre a temática. Para tal, foram elaboradas entrevistas, de modo que fosse possível entender e recolher a opinião dos vários entrevistados. Estas entrevistas permitiram recolher a opinião dos Comandantes PM da época, a qual é fundamental para

responder às questões de investigação. Assim sendo, esta parte está dividida em três capítulos nos quais é apresentado, respetivamente, o trabalho de campo, a análise de resultados e as conclusões e recomendações.

Parte Teórica

Capítulo 2

Conceitos

2.1. Introdução

Neste Capítulo são explanados os conceitos necessários à compreensão e análise do Processo de Lições Aprendidas de forma a conseguir aplicar, parte deste, ao estudo de caso em questão. Para conseguirmos determinar que Observações podem ser retiradas do emprego da PM na Guiné, temos antes de perceber como se efetua a Recolha de Observações.

2.2. O Processo de Lições Aprendidas

A finalidade de um processo de lições aprendidas é aprender de forma eficiente com a experiência e erros, e fornecer justificações válidas para alterar o modo existente de executar as tarefas, a fim de melhorar o desempenho e o resultado, quer no decurso de uma operação quer nas operações subsequentes. Isto requer que as lições sejam significativas e que sejam levadas ao conhecimento da autoridade competente, capaz e responsável pelo seu tratamento e disseminação. Requer também que a cadeia de comando tenha uma compreensão clara de como atribuir prioridades e como prepará-las para serem processadas. (North Atlantic Treaty Organization, 2011)

2.2.1. As Etapas de Aprendizagem

Em qualquer organização, civil ou militar, que visa a aprendizagem através de experiências ou ações tomadas anteriormente, e independentemente de se aprender a partir do conhecimento explícito³ ou tácito⁴, devemos seguir três etapas básicas de aprendizagem (Nick Milton, 2010):

1. Identificação: consiste em reunir aprendizagens a partir das experiências.
2. Ação: consiste em tomar medidas para mudar os procedimentos e doutrina com base na aprendizagem.
3. Institucionalização: consiste em comunicar a mudança, para que as partes relevantes da organização possam beneficiar da aprendizagem. (Estado-Maior do Exército, 2012)

2.2.2. Ciclo de Boyd

O Processo de Lições Aprendidas do Exército Português é baseado no Ciclo de Boyd, também conhecido por Ciclo Observar, Orientação, Decisão e Ação (OODA), criado pelo Coronel John Boyd da Força Aérea dos Estados Unidos da América, em meados dos anos 70. (Ministério da Defesa Nacional, 2012)

No âmbito do processo de lições aprendidas, o processo do Ciclo de Boyd, Figura nº 1, consiste nas seguintes etapas:

- Observar – é realizado pelos indivíduos envolvidos em qualquer atividade, que registam o que vêem ou experienciam, ou seja, os efeitos das ações;
- Orientação – etapa na qual se irá tentar diagnosticar e descrever as causas que deram origem aos efeitos observados, o impacto e as relações entre elas;

³“O conhecimento explícito está documentado e pode levar a uma Lição Aprendida pela utilização de um processo de Lições Aprendidas e de ferramentas de partilha de informação de lições aprendidas como as bases de dados e wikis bem como outros cursos de aprendizagem.” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.1-3)

⁴“O conhecimento tácito é o conhecimento que não foi, ou não pode ser documentado, mas é extremamente valioso. Como está armazenado nos nossos cérebros, pode levar a uma Lição Aprendida quando interagimos com outros através da discussão e partilha de experiências no seio de uma comunidade, talvez facilitado pelos grupos de trabalho formais, conferências ou outros eventos.” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.1-3)

- Decisão – nesta etapa são desenvolvidas as modalidades de ação para solucionar as causas dos efeitos observados, e uma das modalidades de ação é selecionada e aprovada;
- No passo da Ação, a pessoa ou organização nomeada implementa a modalidade de ação.

O Processo de Lições Aprendidas, para uma melhor eficiência do processo, consiste numa contínua repetição do Ciclo OODA:

- O – observar os resultados da modalidade de ação;
- O – verificar se os resultados pretendidos foram alcançados;
- D – rever a decisão inicial ou validar os resultados;
- A – passar à ação seguinte. (Estado-Maior do Exército, 2012)



Figura nº 1 - Ciclo de Boyd (Ministério da Defesa Nacional, 2012, p.2-4)

2.2.3. Descrição do Processo de Lições Aprendidas

A abordagem mais formal em relação à aprendizagem de lições é a utilização de um processo de Lições Aprendidas. O processo de Lições Aprendidas, Figura nº 2, é baseado num procedimento utilizado no processamento de observações retiradas de uma atividade experienciada até alcançar uma LL. (Estado-Maior do Exército, 2012)

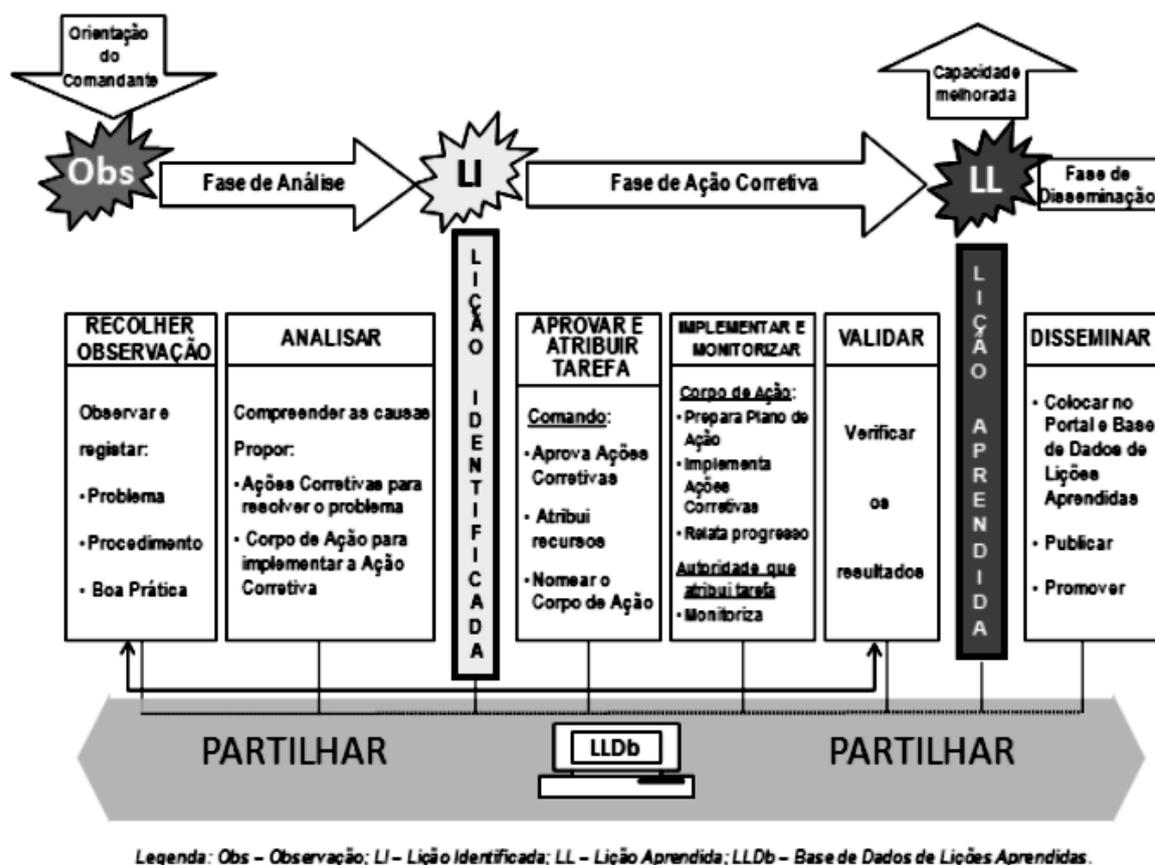


Figura nº 2- O Processo de Lições Aprendidas (Estado-Maior do Exército, 2012, p.2-5)

A "Identificação", descrita nas três etapas básicas de aprendizagem, ocorre durante a fase de análise do processo de transformação da Observação em Lição Identificada (LI - Lesson Identified)⁵ e a "Ação" e a "Institucionalização" ocorrem durante a fase corretiva do processo que transforma a LI em LL. (Estado-Maior do Exército, 2012)

O Processo de Lições Aprendidas divide-se, então, em três fases distintas:

- A **Fase da Análise**: correspondente à "Identificação" descrita nas três etapas básicas da aprendizagem, consiste na transformação da Observação em LI. Esta fase subdivide-se em dois passos:

- Passo 1 – Recolha de Informações:

Para cada atividade existe um resultado esperado. Qualquer diferença em relação ao resultado esperado deve ser registada como uma observação;

⁵ Uma Lição Identificada "é uma observação para a qual se determinou uma ou várias causas que deram origem ao assunto observado." (Estado-Maior do Exército, 2012, p.2-5)

○ Passo 2 – Análise:

O observador deve realizar uma análise inicial dos fatores que contribuem para que o resultado da atividade seja diferente do expectável e identificar uma proposta de solução;

- A **Fase de Ação Corretiva** tem como objetivo produzir uma Lição Aprendida⁶. Esta fase subdivide-se em três passos, os passos 3, 4 e 5 do Processo:

○ Passo 3 - Aprovar e Atribuir a Tarefa:

Durante este passo, as LI desenvolvidas serão apresentadas à liderança da organização para que a mesma determine como prosseguir com a LI no Processo de Lições Aprendidas. A LI será aprovada e atribuída para ação posterior e a Ação Corretiva⁷ proposta é aceite ou modificada, a seguir um Elemento de Ação⁸ será nomeado para planear e implementar a Ação Corretiva;

○ Passo 4 - Implementar e Monitorizar:

Durante este passo do Processo de Lições Aprendidas, o Elemento de Ação elabora um Plano de Ação⁹ para guiar as atividades decorrentes da Ação Corretiva. O Oficial de Lições Aprendidas (LLSO – Lessons Learned Staff Officer)¹⁰ suporta a liderança monitorizando a implementação.

⁶“Uma Lição Aprendida (Lesson Learned - LL) é uma capacidade melhorada ou um melhor desempenho em qualquer um dos domínios do conhecimento militar, confirmada(o) pela validação quando necessária, resultante da implementação de uma ou mais Ações Corretivas decorrentes de uma LI.” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.2-7)

⁷“Ação Corretiva é uma atividade, ou conjunto de atividades, que corrige (m) o assunto identificado para melhoria ou facilita (m) a implementação da boa prática.” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.2-7)

⁸ “Um Elemento de Ação é uma organização ou pessoa nomeada para implementar a RA aprovada para uma LI.” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.2-8)

⁹“Um Plano de Ação é um documento escrito elaborado por um elemento de ação, que contém as atividades e a fita do tempo estabelecida para a implementação da Ação Corretiva atribuída e aprovada.” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.2-8)

¹⁰Oficial de Lições Aprendidas (Lessons Learned Staff Officer – LLSO) tem como função “apoiar os seus líderes nas tarefas de assegurar: que a organização aprende; a qualidade das lições e das recomendações; que todos os interessados têm conhecimento das suas responsabilidades no processo; que as lições são partilhadas em tempo útil e com quem delas tem necessidade.” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.1-6)

○ Passo 5 – Validar:

Depois da Ação Corretiva ter sido implementada, se se verificar necessário, realiza-se a validação, que consiste em determinar se o assunto originalmente observado foi corrigido com sucesso pela Ação implementada.

- O Processo de Lições Aprendidas culmina então com a **Fase de Disseminação**: após a validação da LI, para que esta se torne uma LL inicia-se a Disseminação e publicação da informação obtida, Passo 6, para que os interessados tenham acesso a ela. (Estado-Maior do Exército, 2012)

2.2.4. Recolha de Observações

Uma Observação deve, pelo menos, abordar as questões "o que aconteceu?" e "qual a diferença do observado em relação ao que era esperado ou expectável?". Uma das tarefas mais importantes dos LLSO é recolher as Observações da organização à medida que estas ocorrem, especialmente após atividades ou eventos planeados. Uma vez recolhidas, as Observações devem ser revistas para eliminar as Observações inadequadas.

Na decisão do que observar ou quais as Observações a incluir no Processo de Lições Aprendidas, deve ser tido em consideração se o assunto é aplicável a outras organizações. Não devem ser considerados assuntos que sejam acontecimentos únicos e seja improvável que voltem a ocorrer. Ao julgar a aplicabilidade, exposto na Tabela nº 1, deve atender-se não só à probabilidade de ocorrência, mas também aos seus efeitos na organização, operação, material ou pessoal. (Estado-Maior do Exército, 2012)

Tabela nº 1 - Aplicabilidade de um Assunto (Estado-Maior do Exército, 2012, p.3-1)

	Probabilidade	
Efeito	Alta	Baixa
Significativo	APLICÁVEL	APLICÁVEL
Pouco Significativo	APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL

As observações que passam neste processo de revisão inicial de aplicabilidade são consideradas adequadas para a inclusão no Processo de Lições Aprendidas e devem ser processadas. (Estado-Maior do Exército, 2012)

O Processo de Lições Aprendidas usa o modelo de Lição da North Atlantic Treaty Organization (NATO), a adoção deste modelo permite que a informação seja partilhada mais facilmente. (Estado-Maior do Exército, 2012)

O modelo de Lição contém cinco campos: Título, Observação, Discussão, Conclusão e Recomendação (Observation, Discussion, Conclusion, and Recommendation – ODCR). O Impresso de Registo de Observação¹¹ contém ainda outros campos para facilitar o processamento. Este formato é usado para a introdução de dados nas bases de dados do Exército e da NATO, portanto, deve ser usado para a recolha de observações desde o início. (Estado-Maior do Exército, 2012)

2.2.4.1. Entrevistas Pós-Operação e Pós-Exercício

Uma maneira de converter o conhecimento tácito adquirido durante as operações e exercícios em conhecimento explícito para inclusão na observação é através de entrevistas aos peritos na matéria. As entrevistas após operação ou exercício são uma maneira valiosa de obter lições antes das tropas e dos principais líderes dispersarem e enquanto as memórias dos eventos ainda estão claras. As entrevistas têm a vantagem adicional de permitir que o entrevistador se concentre em áreas de interesse que o entrevistado poderá não considerar importantes. (Estado-Maior do Exército, 2012)

O processo de entrevista básico¹² permite ao entrevistador obter metodicamente uma descrição geral dos eventos, enquanto se concentra nos eventos principais e nos fatores que estão na sua origem. (Estado-Maior do Exército, 2012)

¹¹ Ver Anexo A e Anexo B.

¹² Ver Anexo C.

2.2.4.2. Gestão e Processamento de Observações

As observações recebidas são provenientes de muitas e diferentes fontes e com formatos e níveis de maturidade diferentes. É, então, necessário rever as observações para proceder à sua maturação e adequabilidade, e garantir que são armazenadas com metadados¹³ adequados de modo a satisfazer as boas práticas de gestão da informação. (Estado-Maior do Exército, 2012)

“Lista de Verificação de Observações para a Inclusão no Processo de Lições Aprendidas

1. É esta uma observação objetiva e não apenas uma queixa óbvia sobre algo ou alguém?
2. É este um problema relacionado com o sistema e não apenas um simples erro cometido por alguém?
3. Descreve a situação observada de forma adequada e correta?
4. Despenderia recursos para corrigir esta questão?
5. Despenderia o meu tempo na correção desta questão?

A resposta a todas estas perguntas deve ser sim para uma observação ser considerada adequada para inclusão no processo de lições aprendidas.” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.3-4)

A inclusão de uma observação significa que alguém vai despender algum tipo de recursos para abordar a questão contemplada na observação. As observações para inclusão passam para a próxima etapa do processo, onde a primeira tarefa é rever a sua maturidade (nível de maturação) e considerar se já é uma LI ou se é necessária uma análise mais aprofundada para se tornar uma LI. (Estado-Maior do Exército, 2012)

Se a decisão for que a observação é inadequada, ela pode ser excluída ou arquivada. O originador da observação deve ser informado da decisão tomada em relação à mesma, para que fique a saber que a sua observação foi considerada. (Estado-Maior do Exército, 2012)

¹³ “Metadados - Substantivo, um conjunto de dados que descreve e dá informações sobre outros dados. Metadados são frequentemente descritos como “dados sobre dados”. Metadados são informações adicionais necessárias para que os dados se tornem úteis. É informação essencial para que se possa fazer uso dos dados da observação. Em suma, metadados são um conjunto de características sobre os dados da observação que não estão normalmente incluídas nos dados propriamente ditos.” (Estado-Maior do Exército, 2012, p.3-5)

Capítulo 3

Contextualização

3.1. Introdução

Neste capítulo é apresentada a principal revisão de literatura, de forma a tornar a compreensão e enquadramento deste trabalho de investigação mais fácil. Será explanada, então, a evolução do conflito na província, uma contextualização com a realidade da PM à época e a contextualização do emprego da PM na Guiné.

3.2. O Conflito

Em 4 de fevereiro de 1961, iniciou-se em Angola a luta armada por parte de um dos movimentos emancipalistas formados e apoiados fora deste território. Nos debates da Organização das Nações Unidas sobre Angola, os EUA mostraram a determinação de proceder em conformidade com as suas declarações, votando com o seu delegado, pela primeira vez, ao lado do representante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas contra Portugal. Então, perante a descolonização da França, da Inglaterra e da Bélgica e embora situando-se num contexto histórico e constitucional diferente, Portugal fica numa posição isolada. No dia 15 de março outro partido inicia as suas ações violentas e provoca um verdadeiro massacre. A brutalidade destes acontecimentos chocou profundamente a população portuguesa. A Metrópole mobilizou rapidamente os recursos necessários para fazer face à nova situação, tendo os contingentes militares chegado a tempo de salvar algumas populações isoladas e reocupar a zona afetada.

Estávamos praticamente sós, enfrentando já uma luta de guerrilhas muito incipiente em Angola. E é nestas condições que vamos iniciar as nossas campanhas de África. Na Guiné e em Moçambique a situação não se alterou significativamente durante mais alguns anos. (Estado-Maior do Exército, 1988)

3.2.1. Desenvolvimento e Evolução do Conflito na Província da Guiné

Amílcar Cabral, em 1956, funda o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e põe uma especial tónica na ação política, uma vez que, advogava uma solução de paz para a Guiné. Após várias tentativas de conversação com o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar¹⁴, em 1960, o partido avança então para a luta armada. (Monge, 2009)

A Guerra na Guiné, começa com grande intensidade em 1963, considerando como marco, o ataque ao quartel de Tite¹⁵, no dia 23 de janeiro. Apesar dos conflitos, nesta província terem despoletado neste ano, em 1962 após os acontecimentos em Angola, a Guiné já tinha sido reforçada com militares da metrópole, de maneira que em 1963 já se encontravam 16000 homens na província. O PAIGC transporta as suas ações para Boé¹⁶, região a Norte, implantando as suas forças com alguma permanência. (Monge, 2009)

Logo em 1963, os esforços nacionais conseguem desalojar as forças do PAIGC com a operação “Tridente” com cerca de mil efetivos, do Batalhão de Cavalaria, apoiado por três Destacamentos de Fuzileiros Especiais, e por meios navais e aéreos. (Monge, 2009)

Em 1964, o Brigadeiro Arnaldo Schultz¹⁷ é nomeado Governador e Comandante-Chefe da Guiné, com as duas funções exercidas numa só pessoa não havia espaço para conflitos na administração da província. A situação militar na Guiné foi se agravando entre 1964 e 1968, com o aumento de ações de flagelação das nossas forças e o afastamento da

¹⁴ António de Oliveira Salazar (1889-1970), estadista, político, professor da Universidade de Coimbra, foi o chefe do Governo entre 1932 e 1968 e fundador e principal ideólogo do Estado Novo. (Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 2000)

¹⁵ Ver Anexo D.

¹⁶ Ver Anexo D.

¹⁷ O Brigadeiro Arnaldo Schultz tirou o curso de Infantaria na Escola do Exército e foi promovido a Alferes em 1934. Foi Ministro do Interior durante o governo de Salazar, de 1958 a 1961, e Governador e Comandante-Chefe da Guiné Portuguesa de 1964 a 1968. (Wikipédia, 2014)

população guineense para fora da esfera de ação da administração portuguesa. (Monge, 2009)

Em 1968, o Brigadeiro António Spínola¹⁸ é nomeado para governar a província. Nos primeiros meses, de maio a setembro, continua com as ações militares clássicas praticadas pelo Brigadeiro Arnaldo Schultz. Quando se apercebe que aquela forma de atuação não conduziria a uma solução, Spínola elabora uma estratégia total, onde, para além da ação militar, esta seria conjugada com medidas psicológicas e de âmbito socioeconómico, para desmobilizar os membros do PAIGC. Spínola tinha como filosofia, que a ação militar servia para conquistar as populações e não ocupar terreno. Para tal investiu esforços militares para criarem melhores condições de vida às populações que, sendo pouco influenciáveis por questões de natureza política, queriam era “viver em paz”. (Monge, 2009)

Em 1969, a luta que o PAIGC impunha era dura, no entanto, as tropas portuguesas, embora com dificuldades, conseguiam ocupar todo o território. Continuavam a existir aglomerados de populações fiéis às autoridades, quer junto dos quartelamentos quer isoladas, e conforme as zonas, constituídas ou não em autodefesa. (Estado-Maior do Exército, 1988)

Em 1970 foi lançada uma manobra socioeconómica, em que eram necessários apoios na área da educação, saúde e economia, os maiores esforços foram feitos na agricultura, sendo a Guiné um território predominantemente rural. Foi lançada uma campanha psicológica, denominada “por uma Guiné melhor”, mais tarde chamada de “uma Guiné para os Guinéus”, com o intuito de mobilizar as populações e os membros do PAIGC para o lado dos portugueses. Spínola quis dar cidadania aos homens e mulheres da Guiné e criou os Congressos do Povo em que o objetivo era um diálogo aberto sobre as questões que preocupavam os habitantes. (Monge, 2009)

Nesta altura houveram várias tentativas para negociações de paz, deram-se dez encontros de negociações e quando já havia paz em algumas regiões, há uma reação inesperada por parte do PAIGC e os militares da Metrópole são chacinados. (Monge, 2009)

¹⁸ António Sebastião Ribeiro de Spínola (1910-1996), natural de Estremoz, frequentou o Colégio Militar, a Escola Politécnica de Lisboa e a antiga Escola Militar. Em 1933 foi promovido a Alferes, durante os anos 50, a par da carreira militar, iniciou uma carreira na área económica e empresarial e, maio de 1968, por escolha do Conselho de Ministros, é nomeado governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné. (Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 2000)

Em 1973, após um grande esforço por parte das forças portuguesas para desgastar o poder antiaéreo do PAIGC, eis que o mesmo aparece com mísseis terra-ar Strella¹⁹. Aparece também a ameaça de ações blindadas por parte do PAIGC, deste modo, o partido africano passa a ter meios semelhantes aos das forças portuguesas. (Monge, 2009)

No mesmo ano Spínola não aceita permanecer na Guiné quando afirma que só uma solução política seria possível, e o Presidente do Conselho Marcelo Caetano²⁰ responde que seria preferível uma “derrota militar com honra” do que negociar com terroristas. O General Spínola foi substituído, então, pelo General Bettencourt Rodrigues²¹. (Monge, 2009)

Em abril de 1974, a Guiné requeria um maior esforço do potencial militar Português e o PAIGC beneficiava cada vez mais de ajuda estrangeira. A guerra na Guiné estava, então, perdida e foi o 25 de Abril²² que evitou a derrota militar das forças portuguesas. (Estado-Maior do Exército, 1988 e Monge, 2009)

3.2.2. Caracterização do Teatro de Operações da Guiné

A Guiné sempre foi considerada pela Metrópole como algo secundário, uma colónia com população portuguesa reduzida e uma terra sem riquezas. No entanto, esta acabou por ser o palco principal para a luta da soberania portuguesa. (Monge, 2009)

¹⁹A partir do momento em que os Mísseis terra-ar Strella chegaram, só com elevados custos humanos e materiais, passou a ser possível continuar a assegurar, o domínio do terreno, as necessárias contra medidas para anular os Strella não chegaram, e o apoio aéreo passou a ter grandes limitações. (Mateus, 2004)

²⁰ Marcello José das Neves Alves Caetano (1906-1980), jurista, dirigente político, fez parte do setor da jovem geração integralista do primeiro pós-guerra e da fase final da I República que aderiu ao salazarismo e ao Estado Novo. Em 1968 Marcello Caetano sucede a Oliveira Salazar no cargo, devido à incapacidade física do último. (Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 2000)

²¹ José Manuel de Bettencourt Rodrigues (1918) fez o Curso de Infantaria na Escola do Exército e foi promovido a Alferes em 1939. Em 1961 foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Quartel-General da Região Militar de Angola. Em 1973, é nomeado Governador e Comandante-Chefe da Guiné. (Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 2000)

²² 25 de Abril de 1974 – “um golpe militar sem derramamento de sangue derruba Marcello Caetano e põe fim ao regime institucionalizado pela Constituição de 1933.” (Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 2000, p.27)

Com um território de 36 000 km² de configuração triangular, a província da Guiné ficava encaixada entre o Senegal e a República da Guiné, com o comprimento total da fronteira de 680km, e banhada a oeste pelo oceano Atlântico. A vizinhança com países de “Terceiro Mundo”, o seu isolamento da metrópole e a sua posição de grande importância estratégica para a África e o Atlântico, tornava-a numa presa cobiçada pelos blocos rivais, embora tivesse deficiências nas estruturas político-sociais, e uma precária estabilidade económica. (Cunha, 1966) e (Estado-Maior do Exército, 1989)

Um território com reduzida extensão, a Guiné, possuía numerosas regiões alagadas. A movimentação terrestre estava, também, muito condicionada pela ação de um inimigo bem armado e organizado. O território era vulnerável a infiltrações e a ações apoiadas pelos Estados vizinhos. O território da Guiné foi dividido em três zonas operacionais: a Zona Norte, fazendo fronteira com Senegal; a Zona Leste, não alagadiça com características continentais, entre o Senegal e a República da Guiné Conakry; e a Zona Sul, fazendo fronteira com a República da Guiné Conakry²³. (Váz, 2003)

A Guiné possuía uma grande rede hidrográfica, sendo que as comunicações internas em grande parte eram feitas por via fluvial. (Cunha, 1966)

O clima quente e húmido favorece a formação de zonas pantanosas e provoca no homem um efeito depauperante. Na província existiam apenas duas estações anuais: a seca, de novembro a maio; e a das chuvas, de junho a outubro. (Estado-Maior do Exército, 1989)

Segundo o censo de 1960, a população da Guiné era de 525.437 habitantes, com uma densidade populacional de 15 habitantes/km² e a distribuição populacional estava longe de ser uniforme, em que 70% da população vivia nos aglomerados urbanos. O povoamento fez-se quase integralmente na zona litoral e nos extremos das maiores rias, Farim e Bafatá²⁴. A população continha uma panóplia de etnias: indígenas negroides que ocupavam as ilhas, zona litoral e uma faixa central densamente arborizada, e os povos islamizados localizados mais para o interior. Existiam, ainda, minorias cabo-verdianas, libanesas e europeias que se dedicavam aos serviços públicos e ao comércio. (Cunha, 1966) e (Estado-Maior do Exército, 1989)

O desencadear da insurreição e do conflito num território tão pequeno como a Guiné foi, então, facilitado por alguns fatores, como sendo: grande densidade populacional e fraca estrutura administrativa; enorme variedade de grupos étnicos, independentes e com

²³ Ver Anexo D.

²⁴Ver Anexo D.

dialetos distintos; rede de comunicações pobre; arborização densa; grande risco de doenças tropicais e extensa fronteira terrestre. (Estado-Maior do Exército, 1988)

3.2.3. Organização Territorial, Estrutura de Comando e Efetivos

No início das Campanhas, em 4 de fevereiro de 1961 a organização territorial nos territórios africanos diferia muito de uma província para outra. Assim, na Guiné ainda não tinham sido criadas todas as unidades previstas na legislação²⁵, concretamente faltava criar duas companhias de caçadores existiam, além do Quartel-General/Comando Territorial Independente da Guiné (QG/CTIG), duas companhias de caçadores e uma bateria de artilharia, de recrutamento local, respetivamente em Bissau e Bolama, além dum reforço de unidades metropolitanas - Companhia de Caçadores (CCaç) 51, Esquadrão de Reconhecimento (ERec) 54 e Pelotão (Pel) PM 1 – estacionadas em Bissau. (Estado-Maior do Exército, 1988)

No Ultramar no início das Campanhas, a organização em vigor, baseada em Comandos Territoriais, subordinados a um QG, viu-se sobreposta por uma quadrícula cuja unidade base era o batalhão. Para coordenação da atividade dos batalhões em quadrícula, estes eram agrupados e ficavam subordinados a comandos superiores. (Estado-Maior do Exército, 1988)

Em Angola e Moçambique, surgiu, nos primeiros anos das campanhas, uma organização territorial do tipo misto, onde, a par das Zonas de Intervenção, nas áreas em que a atividade de guerrilha já se tinha revelado, existia uma ou outra, com Comandos Territoriais, naquelas onde a guerrilha não se tinha implantado. Na Guiné a reduzida dimensão do território e o facto de, inicialmente, constituir já um comando territorial independente levaram os responsáveis a outro tipo de solução, concentrando os comandos operacionais e administrativo-logísticos em Bissau. (Estado-Maior do Exército, 1988)

As forças de intervenção estavam em geral na dependência do Comando-Chefe, atuando diretamente sob as suas ordens ou sob a dos Setores e Zonas, por atribuição daquele. O Comandante-Chefe exercia o comando operacional sobre os Comandantes Militar, Naval e Aéreo, os quais, por sua vez, exerciam a sua ação de comando sobre os comandos, unidades, órgãos e estabelecimentos na sua dependência e dirigiam o apoio

²⁵ Ver Anexo E.

administrativo-logístico daqueles que não estivessem na sua direta dependência. (Estado-Maior do Exército, 1988)

À Chefia do Serviço de Preboste competia estudar, sob o ponto de vista técnico, os regulamentos, manuais, normas e instruções relativamente a: tratamento de prisioneiros de guerra e seu repatriamento; evacuação, e movimento de refugiados; destino a dar a desertores e ausentes sem licença; governo, polícia e disciplina militares; regulação e controlo do tráfego militar. Este dependia do Chefe do Estado-Maior do Exército e do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército para os assuntos de instrução relativos à Polícia Militar. (Estado-Maior do Exército, 1988)

“Na Guiné a subida de efetivos tornou-se sensível logo no ano de 1963, nunca mais cessando de aumentar até 1973, ano em que alcançou o valor mais elevado: 32035.”²⁶(Estado-Maior do Exército, 1988, p.240)

3.3. A Polícia Militar

Este subcapítulo tem como objetivo fazer um enquadramento sobre a PM, tanto em tempo de Paz como em Campanha, por forma, a percebermos as suas baias e o seu modo de atuação.

3.3.1 Doutrina, Missões Atribuídas e Autoridade

Durante o período de 1962 a 1975, a PM tinha como base doutrinária o Regulamento de Campanha: Polícia Militar de 1956, este regulamento estabelece os princípios e normas que regem a atuação da PM dentro e fora de território nacional. Em termos gerais, o pessoal PM “tem por missão auxiliar o comandante respetivo no desempenho das seguintes atribuições, que lhe são peculiares e taxativas: manter a ordem; defender propriedade pública e particular; fazer cumprir as leis, os regulamentos militares e as ordens superiores.” (Ministério do Exército, 1956, p.8)

De entre todas as suas atribuições, a PM, em Zona de Operações sujeita às ações de combate, tinha as seguintes:

²⁶ Ver Anexo F.

- “Exercer a fiscalização da circulação;
- Encarregar-se do serviço de prisioneiros de guerra (...);
- Deter os extraviados (...);
- Fiscalizar os movimentos de indivíduos (...);
- Contribuir para a segurança de comando (...);
- Evitar pilhagem e o saque;
- Auxiliar os movimentos das tropas;
- Prender os agentes inimigos (...).” (Ministério do Exército, 1956, pp.11, 12)

Assim sendo na província da Guiné, considerada como território nacional que, na data de 1962 a 1975, estava sujeito a ações de combate, a PM teria que desempenhar as seguintes tarefas:

- Patrulhamento de aglomerados;
- Fiscalização de movimentos individuais;
- Fiscalização da circulação;
- Prisioneiros de Guerra. (Ministério do Exército, 1956)

3.3.2. Organização e Composição das CPM

Composição:

- Comando:
 - Comandante: Capitão Cav;
 - Adjunto: Alf Mil;
 - Formação:
 - Comandante: 1º Sarg
 - Sec Comando: 3* 1º Cabos + 3 Soldados
 - Sec Alimentação: 1 Furriel, 1º Cabo + 3 Soldados
 - Sec Reab: Sarg + Quarteleiro (1º Cabo) + Auxiliar Quarteleiro (Sold)
- 1º Pel
 - Comandante: Alf Mil

- Esq de Comando: 1º Cabo PM + 2 Sold PM (1 Radiotelefonista)
 - 1ª Sec: 2º Sarg + 2* 1º Cabo PM + 9 Sold PM
 - 2ª Sec: Fur Mil + 2* 1º Cabo PM + 9 Sold PM
 - 3ª Sec: Fur Mil + 2* 1º Cabo PM + 9 Sold PM
 - 2º Pel
 - Comandante: Alf Mil
 - Esq de Comando: 1º Cabo PM + 2 Sold PM (1 Radiotelefonista)
 - 1ª Sec: Fur Mil + 2* 1º Cabo PM + 9 Sold PM
 - 2ª Sec: Fur Mil + 2* 1º Cabo PM + 9 Sold PM
 - 3ª Sec: Fur Mil + 2* 1º Cabo PM + 9 Sold PM
 - 3º Pel
 - Comandante: Alf Mil
 - Esq. de Comando: 1º Cabo PM + 2 Sold PM (1 Radiotelefonista)
 - 1ª Sec: Fur Mil + 2* 1º Cabo PM + 9 Sold PM
 - 2ª Sec: Fur Mil + 2* 1º Cabo PM + 9 Sold PM
 - 3ª Sec: Fur Mil + 2* 1º Cabo PM + 9 Sold PM
- (Arquivo Histórico Militar, 2ª Divisão/4ª Secção)

3.3.3. A Base Legal e a Atuação da PM

A PM, sendo uma força com a missão de garantir a disciplina e a manutenção da ordem, na Instituição, “pretende-se que faça cumprir as ordens e os regulamentos militares e, para isso, dá-se-lhe como base uma determinação que diz que os agentes da PM devem ser considerados como sentinelas debaixo de armas (dificilmente aceite pela tenra idade do Serviço e da prerrogativa) e um regulamento de campanha cujo valor legal, em tempo de paz, é duvidoso e cuja legalidade, em tempo de guerra, tem sido posta em dúvida por juízes de direito em tribunais militares. Há pois falta de bases legais para a atuação da PM em tempo de paz, mas é em campanha, onde parte do pessoal, sobre quem a PM atua, sofreu já as rudezas do combate, que a dificuldade aumenta.” (Barrento, 1969, 216)

“A superioridade que a PM tem sobre os restantes elementos resume-se na inferioridade que sente por outros terem estado em combate e ela não. (...) O agente da PM, humanamente, atrofia-se na atuação e, para compensar, «mostra-se nos intervalos», o que desprestigia o Serviço, desvirtuando-se-lhe a imagem de seriedade que se pretendia para uma figura de fachada que não convence.” (Barrento, 1969, p.216-217)

3.3.4. A Seleção e Instrução dos Agentes PM

Em 1961 “o sistema de instrução do Contingente Geral articulava as fases de instrução de cada um dos quatro turnos anuais em:

- Instrução Básica, ministrada nos Centros de Instrução Básica, durante 9 semanas;
- Instrução Especial, ministrada nos Centros de Instrução Especial, visando a formação individual dos vários especialistas, e com duração de 7 semanas, para a maioria das especialidades;
- Instrução de Aperfeiçoamento Operacional para integração de subunidades constituídas; tinha a duração fixa de 3 semanas consecutivas para as unidades mobilizadas e para o pessoal não mobilizado decorria ao longo do ano de acordo com as possibilidades.” (Estado-Maior do Exército, 1988, p.323)

Os cabos eram pré-selecionados durante a Instrução Básica e tinham a sua instrução simultaneamente com a Instrução Especial e compreendia mais uma hora suplementar diária, apenas para esses instruendos. Este sistema era portador de vários inconvenientes:

- “Dificuldade dos cabos em ganhar o indispensável ascendente sobre as restantes praças, por serem da mesma incorporação;
- Deficiente preparação técnica, pois esta em pouco era superior à dos soldados;
- Mobilização dos cabos para integrarem unidades operacionais constituídas por elementos preparados noutros Centros de Instrução.” (Estado-Maior do Exército, 1988, p.327)

Em 1966, as praças, após o recrutamento, tiravam a especialidade de PM no RL2, em Belém. Para ingressar nesta força eram exigidas algumas qualidades como: quarta classe e robustez física, que lhes permitiam mais tarde grande facilidade no cumprimento

das missões de que viriam a ser incumbidos. Inicialmente, executavam serviço nos Esquadrões como assistentes e, depois da adaptação, como executantes. (Cunha, 1966, p.301-304) “A Instrução Especial incide fundamentalmente sobre: conduta e atuação do agente da PM; missões, prerrogativas e autoridade; orgânica da PM; fiscalização dos movimentos quer individual, quer coletivos; fiscalização da circulação; missões de segurança e apoio às autoridades civis; investigação criminal; luta de defesa pessoal visando, principalmente, técnica de prisões, golpes de ataque e defesa, uso adequado do bastão, etc.”

Em 1969, é identificado um grande problema na seleção e incorporação das Praças e dos Cabos a prestarem serviço. “O serviço de PM é grandemente preenchido pelo policiamento de centros urbanos, com base na patrulha, que, a maior parte das vezes, é do comando de Cabo. O que se pretende desse Cabo é fundamentalmente conhecimentos, aprumo, educação e desembaraço, mas poucas vezes esse pessoal, após uma instrução de sete semanas e mesmo depois de alguma prática, consegue desempenhar cabalmente o serviço que lhe compete. Mesmo que a instrução fosse perfeita, o que é praticamente impossível, também pela pouca experiência dos quadros instrutores de que dispõe, quando o Cabo tem que atuar isolado, perante a diversidade de situações que se lhe deparam, muitas vezes falha. Este facto é também agravado por as patrulhas atuarem «sós» e não haver sistema de controlo ou de atuação que consiga anular este inconveniente. O problema aparece-nos pois com o seguinte aspeto: se nas fileiras é difícil dar-se a preparação conveniente, têm que se pré-selecionar os elementos antes do seu ingresso e deste modo, o assunto passa a ser um problema de incorporação.” (Barrento, 1969, p.217)

O grau de escolaridade, que é um pré-requisito de escolha, também se constitui como um problema, uma vez que, estagnou desde do início da PM, quando, por outro lado, os contingentes que anualmente servem nas fileiras são cada vez mais instruídos. Este desfasamento, no que se refere às habilitações dos Cabos PM (pedra-chave do funcionamento do serviço), põe-nos face a face com elementos da mesma estatura ou superior, o que origina uma diminuição na eficiência. A máquina atira também para a PM soldados com aptidão para Cabo, roubando ao contingente um número razoável de Cabos necessários nas Unidades de combate. Os soldados querem-se apenas altos e desenvoltos, porque a apresentação física facilita o cumprimento da missão e porque a função deste é essencialmente de presença. (Barrento, 1969)

A Instrução de Aperfeiçoamento Operacional das CPM incidia maioritariamente sobre missões e tarefas específicas de PM, dando pouca importância, e consequentemente pouca prática, à Instrução Individual de Combate.²⁷

Exercícios efetuados e tarefas treinadas pelas unidades eram a marcha itinerária, montagem de estacionamento, segurança de estacionamento, patrulhamentos, rondas, golpe de mão, emboscadas, escoltas a colunas auto, fiscalização de circulação e repressão de motins.²⁸

Além da incidência sobre instruções e tarefas características da PM, os militares recebiam, ainda, instrução sobre:

- Informações relativamente ao conhecimento do inimigo;
- Serviço de Campanha;
- Moral da Subunidade;
- Armamento: Mauser 7,9; G3 7,62; Madsen; Walther; FBP;
- Tiro instintivo e Lançamento de Granadas;
- Instrução prática de manuseamento de explosivos, minas e armadilhas;
- Instrução de condução: Jeep (Necessidade da província: ¼ toneladas, ¾ ton, 3 ton Morris, 3 ton Ford, 3 ton Bedford);
- Transmissões: AN/GRC9; AN/PRC10; CPRC 26; AVPTH736; AVP1; CHP1; DHS1.²⁹

3.3.5. A Polícia Militar na Guiné

No início da subversão em África fez-se sentir a necessidade da presença das unidades de Polícia Militar: no patrulhamento coletivo de aglomerados populacionais quer nos bairros indígenas quer na cidade; no controle do movimento de indivíduos suspeitos; no combate à sabotagem, à espionagem e ao crime; no combate ao desvio da propriedade militar; na fiscalização de tráfego; na guarda dos QG, tribunais, prisões, e outros locais importantes; na dispersão de motins em colaboração com as restantes forças da ordem; nas

²⁷ Ver Anexo G.

²⁸ Ver Anexo G.

²⁹ Ver Anexo G.

escoltas de reabastecimentos às unidades destacadas no interior, ou a personalidades importantes, militares ou civis; na proteção do pessoal militar ou civil de qualquer excesso ou violência; na detenção dos ausentes sem licença; no encaminhamento de extraviados; na organização de socorros urgentes; no policiamento dos locais de embarque e desembarque de tropas; na guarda de material e aeroportos; na detenção de todo o militar cujo estado colida com a moral pública; na fiscalização do que se encontra regulamentado sobre uso de uniformes, etc. (Cunha, 1966)

A Companhia de PM 257³⁰ desembarcou na Guiné a 16Ago61 e embarcou para a Metrópole a 06Nov63, ficou instalada em Bissau, no forte de S. José de Amura, efetuou ações e operações de policiamento da cidade, nomeadamente patrulhamentos, guardas, rusgas e escoltas. A CPM 590 substituiu a CPM 257, efetuou ações e operações de policiamento, como patrulhamentos, guardas, rusgas e escoltas. Em 27Out65 foi substituída pela CPM 1489³¹, que efetuou o mesmo tipo de ações e operações de policiamento. Em 26Nov65, transferiu o aquartelamento para Santa Lúzia, em Bissau. Em 26Jul67, foi substituída pela CPM 1751³². A CPM 1751 ficou instalada em Santa Lúzia, efetuou patrulhamentos, guardas, rusgas e escoltas, e em 03Mai69 foi substituída pela CPM 2537. A CPM 2537³³ ficou, inicialmente em Santa Lúzia, e, a partir de 05Set69, ficou no Forte de Amura, tendo efetuado as mesmas ações que a CPM 1751. Em 07Jul69, destacou efetivos para reforço temporário dos destacamentos de Rossum, Uaque, Jugudul e Infandre, no setor do BCaç 2885. Em 10Jul69, cedeu um pelotão para reforço do BCaç 2856, que se instalou em Bafatá e que em 20Jul69, seguiu para o setor do BCaç 2852, para organizar a autodefesa de Samba Juli, Sansacuta e Demba Tacobá até 14Jul69, após o que recolheu para Bissau. Em 28Jan71 a CPM 3335³⁴ substituiu a CPM 2537. A CPM 3335 ficou instalada no Forte de Amura, efetuou as ações de policiamento como patrulhamentos, guardas, escoltas e rusgas. Em 16Jan73 foi substituída pela CPM 8242/72³⁵, tendo efetuado as mesmas ações e operações de policiamento que as anteriores CPM. Em 01Set74

³⁰ Ver Apêndice A.1.

³¹ Ver Apêndice A.2.

³² Ver Apêndice A.3.

³³ Ver Apêndice A.4.

³⁴ Ver Apêndice A.5.

³⁵ Ver Apêndice A.6.

regressa á metrópole, sendo a missão de policiamento assumida pelo Batalhão de Cav 8320/73. (Estado-Maior do Exército, 2002)

Tabela nº 2 - CPM Mobilizadas para o TO (Fonte: Autor)

Companhias Mobilizadas	Permanência
CPM 257	1/62-10/63
CPM 590	10/63-12/65
CPM 1489	11/65-7/67
CPM 1751	7/67-5/69
CPM 2537	6/69-2/71
CPM 3335	1/71-1/73
CPM 8242/72	1/73-4/74

Tabela nº 3 - Pelotões Mobilizados para o TO (Fonte: Autor)

Pelotões Mobilizados	Permanência
PPM 1	6/60-6/62
PPM 1170	11/66-8/68
PPM 2072	8/68-5/70
PPM 2226	4/70-1/72
PPM 3100	1/72-10/73
PPM 8273/72	10/72-4/74
PPM 8274/73	9/73-4/74

Parte Prática

Capítulo 4

Trabalho de Campo

4.1. Introdução

Uma vez concluída a parte teórica deste trabalho de investigação, relativa à revisão da literatura e à apresentação do estado da arte, na qual foram expostos os principais conceitos e temáticas enquadrantes da questão em estudo, inicia-se a segunda parte, a Parte Prática. Neste capítulo será descrita a metodologia utilizada no trabalho de campo, a forma como foi feita a recolha de informação assim como a sua análise. Por fim serão apresentadas as conclusões retiradas da discussão dos resultados do trabalho de campo.

4.2. Método de Trabalho de Campo

O método utilizado para a recolha de dados desta investigação científica foi o estudo de caso, mais especificamente dos Comandantes de unidades de PM destacadas para a província da Guiné entre 1962 e 1975. A recolha de informação, sob forma da opinião dos mesmos, foi feita através de entrevistas.

4.3. Aplicabilidade do Assunto

O estudo desta temática com vista à Recolha de Observações requer uma adaptação do Processo de Lições Aprendidas a esta situação, uma vez que existe uma discrepância entre o emprego da força e o momento em que a análise do mesmo e a recolha de

observações é feita. Note-se que o objetivo deste trabalho é utilizar a fase inicial do Processo de Lições Aprendidas, a fase da Recolha de Observações, a esta temática, por forma a perceber que Observações podem ser retiradas do emprego operacional da PM no TO da Guiné, e não aplicar todo o Processo de Lições Aprendidas ao tema em estudo.

Iniciamos, então, o trabalho de campo analisando a aplicabilidade do assunto, com o intuito de perceber se este é aplicável ao Processo de Lições Aprendidas.

De acordo com as variáveis de aplicabilidade do Processo de Lições Aprendidas, consideramos o presente tema, o Emprego Operacional da PM Portuguesa no TO da Guiné, entre 1962 e 1975, como sendo aplicável, como visto na Tabela nº 2, uma vez que:

- A probabilidade de ocorrência de uma subunidade de PM ser destacada para o TO para desempenhar funções específicas de PM é alta;
- E o efeito em alterações relativas à seleção e instrução dos militares, e preparação e destacamento das forças, seria significativo.

Tabela nº 4 - Aplicabilidade do Estudo (Fonte: Autor)

Probabilidade		
Efeito	Alta	Baixa
Significativo	APLICÁVEL	APLICÁVEL
Pouco Significativo	APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL

4.4. Entrevistas

O objetivo fundamental na realização de entrevistas é a recolha da opinião dos entrevistados relativamente ao assunto em estudo. Foi elaborado o guião da entrevista³⁶, o qual se traduz na padronização das questões permitindo que todas as entrevistas sejam “comparadas com o mesmo conjunto de perguntas e, diferenças a existirem devem situar-se nas respostas” (Freixo, 2010, p.193). A comparação permitirá uma análise de conteúdo sistemática, destinada a retirar conclusões sobre o emprego das unidades de PM na Província da Guiné.

³⁶Apêndice B.1

No sentido de serem recolhidos os dados essenciais para se retirarem conclusões reais das opiniões apresentadas pelos entrevistados, as entrevistas foram transcritas³⁷ e foi solicitado aos entrevistados que validassem a mesma.

Num processo de Lições Aprendidas, o Processo de Entrevista³⁸ é efetuado logo após a Observação ser feita. Neste Estudo de Caso, procuramos fazer uma adaptação do Processo de Recolha de Observações, e conseqüentemente do Processo de Entrevista, à situação com que nos deparámos. Pretendemos, então, fazer uma recolha de observações relativas ao emprego da PM no TO da Guiné, efetuamos as entrevista aos Comandantes PM, com o intuito de recolher contributos para a possível aprendizagem.

Para tal, abordamos o objetivo principal do estudo: o emprego da PM no TO da Guiné, é necessário o entrevistador apresentar-se ao entrevistado e explicar o objetivo da entrevista, e dar-lhe uma oportunidade para falar um pouco sobre os seus conhecimentos em relação ao emprego da sua CPM no TO, Questões 1 à 4, 6, 8 à 12, 14 à 17, 20 à 28, 30 e 31, do Guião de Entrevista; de seguida encadeamos as questões de forma a identificar os “ramos” do mesmo e as causas principais, ou seja, qual a aprendizagem que advém do emprego da força e explorar as causas principais, Questões 5, 7, 13, 18, 19, 29 e 32.³⁹

4.4.1. Caraterização dos Entrevistados

Tendo em conta as questões de investigação e o objetivo desta investigação, as entrevistas foram, então, direcionadas a Oficiais de Cavalaria que exerceram funções como Comandantes de CPM no TO da Guiné durante o período de 1962 a 1975, Tabela nº 3.

³⁷Apêndice B.2

³⁸ Ver Anexo C.

³⁹ Ver Apêndice B.2.

Tabela nº 5 - Entidades Entrevistadas (Fonte: Autor)

Entrevistado nº	Posto	Função	Nome
1	Coronel de Cavalaria Reformado	Comandante da CPM nº 2537	Hernâni Anjos Moás
2	Coronel de Cavalaria	Comandante da CPM nº 3335	Manuel Maria Pinheiro das Neves Veloso
3	General	Comandante da CPM nº 8242/72	Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto

4.5. Conclusão

O trabalho de campo desenvolveu-se essencialmente através da adaptação da Recolha de Observações do Processo de Lições Aprendidas ao tema em questão, e à realização de entrevistas, adaptadas ao Processo de Entrevista, a Oficiais com experiência de comando da PM no TO.

Capítulo 5

Análise e Discussão dos Resultados

5.1. Introdução

Neste capítulo são expostos todos os dados recolhidos através das entrevistas realizadas.

Inicialmente são apresentadas e observadas todas as informações coligidas das entrevistas sendo para isso feita uma análise qualitativa e quantitativa das respostas obtidas.

5.2. Análise das Entrevistas e Verificação das Observações

As entrevistas foram analisadas de forma a extrair, das opiniões das entidades entrevistadas, observações sobre o emprego das CPM no TO da Guiné.

Para tal foram selecionados segmentos das respostas de cada entrevistado às questões relativas aos “ramos” do objetivo principal do estudo e às causas principais, ou seja, as questões suscetíveis de sugerir aprendizagens que advêm do emprego da força no TO, Questões 5, 7, 13, 18, 19, 29 e 32, do Guião de Entrevista⁴⁰, na Tabela nº 4.

⁴⁰ Ver Apêndice B.1.

Tabela nº 6 - Análise das Entrevistas (Fonte: Autor)

Entrevistado	
Questão 7 - Que dificuldades ou lacunas sentiu no exercício das suas funções como Oficial de PM?	
3.7	Elaboração de planos e ordens relativas às várias áreas de ação da PM.
Questão 18 - Como Cmdt PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a preparação para a missão?	
1.18	Falta de Instrução sobre o TO da Guiné, população e inimigo.
2.18	Pouco tempo de preparação.
Questão 29 - Como Cmdt PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a missão?	
1.29	Atribuição à CPM de missões para as quais não fora preparada, nem dispunha de certos meios indispensáveis ao seu cumprimento.
3.29	As nossas forças especiais têm tendência para expressar nas suas folgas os estados de espírito mais “loucos” e que têm dificuldade em aceitar que a PM os fiscalize
Questão 32 - Que lições retira do emprego da sua força na Guiné?	
1.32	A Disciplina e Apresentação dos militares da PM foram o sucesso da missão.
3.32	Disponhamos do necessário em pessoal e material mas ainda hoje falta desenvolver alguns aspetos essenciais da Instrução e da formação em campos que não têm vindo a ser cuidados.

Nas **Questões 5, 13 e 19**, os entrevistados não identificaram dificuldades ou lacunas nas instruções para oficiais dos quadros PM nem Agentes PM. Deste modo, as questões 5, 13 e 19, não estão explanadas na Tabela nº 4.

Na **Questão 7** só o entrevistado 3 identificou lacunas no exercício de funções como Comandante PM. Esta lacuna identifica-se ao nível da elaboração de planos e ordens relativas às várias áreas de ação da PM, ou seja, a nível doutrinário.

Na **Questão 18** foram identificadas como maiores dificuldades durante a preparação para a missão: pelo entrevistado 1, a falta de instrução aos militares PM sobre o TO, o inimigo e a população com que iria lidar diariamente; e pelo entrevistado 2, o pouco tempo de preparação de que dispôs com a força.

Na **Questão 29** o entrevistado 1 identificou como maior dificuldade de atuação no TO, a atribuição á sua CPM de missões para as quais a mesma não se encontrava preparada nem disponha do material necessário; enquanto o entrevistado 3 identificou como maior dificuldade a indisciplina das nossas próprias forças que não aceitavam a fiscalização por parte da PM.

Na **Questão 32**, do emprego das suas CPM no TO da Guiné, foram identificadas como lições que a disciplina e a apresentação dos militares PM se constituíram como o sucesso da missão, pelo entrevistado 1; e que apesar de disporem do material e pessoal necessário ao cumprimento das missões, existem ainda muitos aspetos relativos à instrução e formação que apresentam falhas.

Em suma, de acordo com o contributo dos entrevistados as possíveis Observações a serem retiradas são:

1. Falhas na elaboração de planos e ordens relativas às várias áreas de ação da PM;
2. Pouco tempo de preparação para a missão;
3. Falta de instrução aos militares PM sobre o TO, o inimigo e a população com que iriam lidar diariamente;
4. Atribuições às CPM de missões para as quais as mesmas não se encontravam preparadas nem dispunham do material necessário;
5. Indisciplina das nossas próprias forças que não aceitavam a fiscalização por parte da PM;
6. Existem ainda muitos aspetos relativos à instrução e formação que apresentam falhas.

As Observações devem abordar, no mínimo, as seguintes questões: "o que aconteceu?" e "qual a diferença do observado em relação ao que era esperado ou expectável?". Deste modo, procuramos responder a estas questões em relação a cada possível Observação retirada das opiniões dos entrevistados na Tabela nº 5:

Tabela nº 7 - Verificação das Observações (Fonte: Autor)

Possíveis Observações	
1. Falhas na elaboração de planos e ordens relativas às várias áreas de ação da PM	<p>- O que aconteceu?</p> <p>Falhas na elaboração de planos e ordens relativas às várias áreas de ação da PM;</p> <p>- Qual a diferença do observado em relação ao que era esperado ou expectável?</p> <p>O Oficial do Serviço de Preboste era incumbido de estudar, sob o ponto de vista técnico, os regulamentos, manuais, normas e instruções.</p>
2. Pouco tempo de preparação para a missão	<p>- O que aconteceu?</p> <p>Pouco tempo de preparação para a missão.</p> <p>- Qual a diferença do observado em relação ao que era esperado ou expectável?</p> <p>A Instrução de Aperfeiçoamento Operacional para integração de subunidades constituídas; tinha a duração fixa de 3 semanas consecutivas para as unidades mobilizadas, esta deveria cobrir todos os campos de atuação da força.</p>
3. Falta de instrução aos militares PM sobre o TO, o inimigo e a população com que iria lidar diariamente;	<p>- O que aconteceu?</p> <p>Falta de instrução aos militares PM sobre o TO, o inimigo e a população com que iria lidar diariamente.</p> <p>- Qual a diferença do observado em relação ao que era esperado ou expectável?</p> <p>A instrução de Aperfeiçoamento Operacional deveria preparar as CPM para o desempenho das suas missões em todas as vertentes.</p>

4. Atribuições às	- O que aconteceu?
CPM de missões para as quais as	Atribuições às CPM de missões para as quais as mesmas não se encontravam preparadas nem dispunham do material necessário.
mesmas não se encontravam	- Qual a diferença do observado em relação ao que era esperado ou expectável?
preparadas nem dispunham do	As tarefas que as unidades tinham atribuídas eram a marcha itinerária, montagem de estacionamento, segurança de estacionamento, patrulhamentos, rondas, golpe de mão,
material necessário	emboscadas, escoltas a colunas auto, fiscalização de circulação e repressão de motins
5. Indisciplina	- O que aconteceu?
das nossas próprias forças	Indisciplina das nossas próprias forças que não aceitavam a fiscalização por parte da PM.
que não aceitavam a	- Qual a diferença do observado em relação ao que era esperado ou expectável?
fiscalização por parte da PM	As forças respeitarem a autoridade dos militares PM no exercício das suas funções, sendo estes considerados sentinelas debaixo de armas.
6. Existem ainda	- O que aconteceu?
muitos aspetos relativos à	Falhas relativas à instrução e formação.
instrução e formação que	- Qual a diferença do observado em relação ao que era esperado ou expectável?
apresentam falhas	A instrução e formação dos militares ser adequada ao desempenho das suas missões.

Para que uma Observação seja, então, considerada para Inclusão no Processo de Lições Aprendidas tem de ter uma resposta afirmativa a cada das seguintes questões da Lista de Verificação (Ministério da Defesa Nacional, 2012):

1. É esta uma observação objetiva e não apenas uma queixa óbvia sobre algo ou alguém?
2. É este um problema relacionado com o sistema e não apenas um simples erro cometido por alguém?

3. Descreve a situação observada de forma adequada e correta?
4. Despenderia recursos para corrigir esta questão?
5. Despenderia o meu tempo na correção desta questão?

Procuramos, então, responder a estas questões, na Tabela nº 6.

Tabela nº 8 – Verificação das Observações Identificadas (Fonte: Autor)

Observações	Questões
1. Falhas na elaboração de planos e ordens relativas às várias áreas de ação da PM	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não, esta é uma queixa sobre o Oficial Preboste 2. Não, este é um problema relacionado com erros cometidos por uma função. 3. Não identifica a falha especificamente. 4. Não, a correção não despenderia recursos. 5. Sim, de forma a melhorar a elaboração de planos e ordens.
2. Pouco tempo de preparação para a missão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sim 2. Sim, com o sistema de preparação para o destacamento de forças para as províncias. 3. Sim 4. Sim, recursos para que a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional fosse mais longa 5. Sim
3. Falta de instrução aos militares PM sobre o TO, o inimigo e a população com que iria lidar diariamente;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sim 2. Sim, com a determinação das instruções a serem ministradas aos militares. 3. Sim 4. Sim, recursos para ministrar as instruções em falta. 5. Sim, de forma a planear as instruções.

4. Atribuições às CPM de missões para as quais as mesmas não se encontravam preparadas nem dispunham do material necessário	<p>1. Sim</p> <p>2. Sim, falta de forças destinadas ao cumprimento das missões para as quais as CPM foram incumbidas.</p> <p>3. Sim</p> <p>4. Sim, maior número de Companhias de Caçadores no TO, ou preparação das CPM para essas missões.</p> <p>5. Sim, planeamento e preparação para as missões.</p>
5. Indisciplina das nossas próprias forças que não aceitavam a fiscalização por parte da PM	<p>1. Não</p> <p>2. Não, é uma queixa sobre uma força específica e não com o sistema.</p> <p>3. Sim</p> <p>4. Não</p> <p>5. Sim</p>
6. Existem ainda muitos aspetos relativos à instrução e formação que apresentam falhas	<p>1. Sim</p> <p>2. Sim</p> <p>3. Não, esta é uma observação pouco detalhada e generalizada.</p> <p>4. Sim</p> <p>5. Sim</p>

5.3. Conclusão

Depois de feita a análise às entrevistas e retiradas das opiniões dos entrevistados possíveis Observações relativas ao emprego da PM no TO da Guiné, foi aplicada a Lista de Verificação de Observações. Deste modo, apenas três, das seis possíveis Observações identificadas serviriam para inclusão no Processo de Lições Aprendidas, sendo estas:

1. Pouco tempo de preparação para a missão;
2. Falta de instrução aos militares PM sobre o TO, o inimigo e a população com que iria lidar diariamente;

3. Atribuições às CPM de missões para as quais as mesmas não se encontravam preparadas nem dispunham do material necessário.

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1. Introdução

Este trabalho de investigação científica iniciou-se com a revisão da literatura, que permitiu a elaboração e a apresentação do estado da arte relativa à temática em questão. De seguida, seguiu-se o trabalho de campo, de forma a recolher a informação e opinião de entidades e perspectivas para o completamento das observações e conclusões a retirar. Neste capítulo serão dadas as respostas às questões derivadas colocadas inicialmente e será verificado o sucesso ou insucesso na execução dos objetivos traçados para esta investigação. Finalmente será dada a resposta à questão central desta investigação e serão apresentadas as reflexões finais, as limitações enfrentadas no desenvolvimento deste trabalho de investigação e sugestões para investigações futuras.

6.2. Cumprimento dos Objetivos

Os objetivos definidos serviram como baías à elaboração deste trabalho, tanto na pesquisa e elaboração do estado da arte, como na execução do trabalho de campo. O primeiro, segundo e terceiro objetivos específicos propostos foram a análise do processo de Recolha de Observações do Processo de Lições Aprendidas, da forma como os militares eram selecionados e instruídos para servirem como Agentes PM, os quais foram conseguidos na Parte Teórica deste trabalho, mais especificamente, no Capítulo 3.

Os quarto e quinto objetivos de analisar a forma como foi feita a preparação para o destacamento das unidades PM e analisar as exigências do TO, foram alcançados juntamente na Parte Teórica, Capítulo 3 e na Parte Prática.

Os dois últimos objetivos de analisar a base legal de atuação da PM e o enquadramento doutrinário da PM foram conseguidos no Capítulo 3.

Estes instrumentos permitiram recolher informações acerca das opiniões dos Comandantes de CPM no TO numa abordagem de aprendizagem e adaptação à Recolha de Observações.

Todos estes objetivos concorreram para a concretização do objetivo geral: Determinar que Observações podem ser retiradas do emprego da PM na Guiné aquando da Guerra do Ultramar, entre 1962 e 1975.

6.3. Resposta às Questões Derivadas

Respondendo às Questões derivadas, conseguimos com metodologia e clareza, responder à Questão de Partida que é o objetivo final desta investigação. Deste modo:

Questão 1: As tarefas desempenhadas pela PM no teatro de operações da Guiné correspondiam às tarefas atribuídas doutrinariamente?

Não na totalidade.

As CPM eram destacadas com o objetivo de efetuar as missões previstas nas tarefas atribuídas: Patrulhamento de aglomerados; Fiscalização de movimentos individuais; Fiscalização da circulação; Prisioneiros de Guerra. (Ministério do Exército, 1956),

No entanto, as CPM chegaram a desempenhar missões para as quais não se encontravam preparados nem dispunham do material necessário para as efetuar: uma missão de reforço às tropas de quadrícula e montagem da autodefesa de algumas “tabancas”. (Apêndice B.2.1)

Questão 2: Os meios disponibilizados para o treino operacional e, conseqüente, emprego da força eram os adequados/necessários?

Os meios disponibilizados eram os necessários ao cumprimento das missões atribuídas à CPM, com a exceção das missões que não correspondiam à preparação da força, missão de reforço às tropas de quadrícula e montagem da autodefesa de algumas “tabancas”. (Apêndice B.2.1)

Questão 3: O treino e instrução de aperfeiçoamento dos militares da PM eram os adequados para o emprego da força no TO?

A instrução de Aperfeiçoamento Operacional tinha como principais lacunas:

Ser curta, três semanas ficava aquém do tempo ideal para a preparação da força;

A falta de instrução sobre o TO, o inimigo e a população da Província;

A pouca prática da Instrução Individual de Combate. (Apêndice B.2.1) e (Anexo G)

Estes aspetos eram agravados pelo facto de que os Quadros Instrutores, os Cabos e os Agentes PM tinham falta de experiência no desempenho das suas funções. (Anexo G) e (Barrento, 1969)

Questão 4: A base doutrinária e legal de atuação da PM entre 1962 e 1975 eram as adequadas para enquadrar o emprego das forças?

A atuação da PM em território nacional encontrava-se perfeitamente enquadrada pelo Regulamento de Campanha: Serviço de Polícia Militar de 1956, em que estão prescritas as tarefas atribuídas, missões e procedimentos das forças de PM. (Ministério do Exército, 1956)

No entanto, foram identificadas falhas no que toca à elaboração dos planos e ordens referentes às diferentes áreas de atuação da PM. (Apêndice B.2.3)

6.4. Resposta à Questão de Partida

O resultado do trabalho de investigação resume-se à resposta à questão de partida: **“Que observações podem ser retiradas do emprego operacional da PM no TO da Guiné entre 1962 e 1975?”**

Assim sendo, as Observações que podem ser retiradas do emprego operacional da PM no TO da Guiné são:

Observação 1 – As 3 semanas prescritas para a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional, não seriam as suficientes para a preparação e treino das tarefas que iriam ser desempenhadas na missão, uma vez que a instrução de Aperfeiçoamento Operacional era curta. Três semanas ficavam aquém do tempo ideal para a preparação da força; faltava instrução sobre o TO, o inimigo e a população da

Província; e havia pouca prática da Instrução Individual de Combate. (Apêndice B.2.1) e (Anexo G) Estes aspetos eram ainda mais agravados pelo facto de que os Quadros Instrutores, os Cabos e os Agentes PM tinham falta de experiência no desempenho das suas funções. (Anexo G) e (Barrento, 1969)

Observação 2 – A preparação para a missão no TO incluía exercícios e o treino de tarefas pelas unidades, como a marcha itinerária, montagem de estacionamento, segurança de estacionamento, patrulhamentos, rondas, golpe de mão, emboscadas, escoltas a colunas auto, fiscalização de circulação e repressão de motins. Os militares recebiam ainda instruções sobre: o inimigo; armamento; manuseamento de explosivos; minas e armadilhas; condução e transmissões:

Faltando a instrução aos militares PM sobre o TO e a população com que iria lidar diariamente.

Observação 3 – As CPM eram preparadas e instruídas para desempenhar missões como, Exercer a fiscalização da circulação, Encarregar-se do serviço de prisioneiros de guerra, deter os extraviados, fiscalizar os movimentos de indivíduos, contribuir para a segurança de comando, evitar pilhagem e o saque, auxiliar os movimentos das tropas e prender os agentes inimigos. No entanto, as CPM chegaram a efetuar missões de reforço às tropas de quadrícula e de montagem da autodefesa de algumas “tabancas”. Missões estas para as quais as CPM não se encontravam preparadas nem dispunham do material necessário.

6.5. Reflexões Finais

As Observações retiradas deste estudo de caso tem aplicabilidade a qualquer força que seja destacada para qualquer TO, uma vez que, a melhoria de qualquer destes aspetos tornaria a atuação dessa mesma força mais eficaz.

6.6. Limitações da Investigação

As principais limitações encontradas no desenvolvimento deste trabalho de investigação científica iniciaram-se com a escassez de informação sistematizada e organizada e a falta de Autores, relativa à Parte Teórica, mais concretamente a Contextualização do emprego da PM na Guiné.

Na segunda fase do trabalho, na parte prática, verificou-se, aquando da aplicação das entrevistas, que a discrepância existente entre o cessar do emprego das CPM no TO e o momento da realização da entrevista é de facto um fator notoriamente desvantajoso. Assim, esta última é a maior limitação do estudo, obrigando, também a uma constante adaptação dos Processos ao estudo de caso em questão.

6.7. Investigações Futuras

Relativamente à temática das lições aprendidas, futuras investigações poderão desenvolver-se com o intuito de analisar e verificar a aplicabilidade e o uso do Processo de Lições Aprendidas, utilizando para tal, estudos de caso atuais, de forma a perceber que aprendizagens podem ser retiradas dos mesmos.

Doutro modo, relativamente ao emprego das unidades de PE em TO atuais, seria interessante abordar a possibilidade destas serem empregues como PM NATO, para perceber que limitações tem a PE e que alterações teriam de ser efetuadas para que a PE pudesse dar resposta a este tipo de missão.

Outra abordagem interessante ao emprego da PE seria o estudo da base legal de atuação e baias limitadoras da PE comparativamente com outras forças policiais nacionais e outras forças policiais militares estrangeiras.

Bibliografia

- Arquivo Histórico Militar. 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 107/Número 3.
- Arquivo Histórico Militar. 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 83/Número 6.
- Arquivo Histórico Militar. 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 103/ Número 19.
- Arquivo Histórico Militar. 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 106/Número 1.
- Arquivo Histórico Militar. 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 106/ Número 3.
- Arquivo Histórico Militar. 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 106/ Número 3.
- Barrento, M. (1969). Polícia Militar. *Revista da Cavalaria 1969*. 216, 217.
- Comando de Instrução e Doutrina, Exército Português. (2007). *Publicação Doutrinária do Exército 5-00 Planeamento Tático e Tomada de Decisão*. Lisboa.
- Cunha, B. (1966). Polícia Militar. *Revista da Cavalaria 1966*. 301 - 313.
- Direção de Ensino, Academia Militar. (2013). *520ª Norma de Execução Permanentes*. Lisboa.
- Escola Prática de Cavalaria, Exército Português. (2000). *DP 20*. Santarém.
- Estado-Maior do Exército. (2012). *Publicação Doutrinária Exército 0-32-00 Lições Aprendidas*. Lisboa.
- Estado-maior do Exército. Exército Português. (1988). *Comissão para o Estudo das Campanhas de África*. Vol. 1. Lisboa.
- Estado-maior do Exército. Exército Português. (1989). *Comissão para o Estudo das Campanhas de África*. Vol. 3. Lisboa.

Estado-maior do Exército. Exército Português. (2002). *Comissão para o Estudo das Campanhas de África*. Vol. 7. Lisboa.

Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, Exército Português. (2000). *Testemunhos de Guerra: Angola, Guiné, Moçambique. 1961-1974*. Porto.

Mateus, Dalila Cabrita. (2004). *A Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança na Guerra Colonial 1961-1974*. Terramar.

Milton, N. (2010). *The Lessons Learned Handbook: Practical approaches to learning from experience*. (1ª Edição). Chandos Publishing.

Ministério do Exército. (1956). *Regulamento de Campanha – Serviço de Polícia Militar*.

Mira Váz, N. (2003). *Guiné 1968-1973*. Lisboa: Tribuna.

Monge, M. (2009). *A Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Prefácio.

North Atlantic Treaty Organization (2011) *Allied Doctrine for Joint Operations, AJP-3 (B)*.

Wikipédia. (2014). *Arnaldo Schulz*.

Retirado: junho, 8, 2014 de http://pt.wikipedia.org/wiki/Arnaldo_Schulz

Apêndices

Apêndice A

História das CPM Mobilizadas para a Guiné

A.1 CPM nº 257:1961-1963

Retirado de 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 107/Número 3

Região ou Comando Militar: Comando Territorial Independente da Guiné

Designação da Unidade: BatCaç 236, CPM 257. A CPM é uma subunidade do BatCaç

Sede de Comando: Bissau – Forte de S. José da Amura

Missões atribuídas à CPM:

Patrulhamentos:

- Patrulhamento diurno, 6 jeeps agrupados em 3 patrulhas, revezam se de duas em duas horas. Fiscalização do trânsito militar, regulamentos e movimentos individuais;
- Patrulhamento noturno, um pelotão completo, saindo por turnos de efetivos de uma secção que se rendem de duas em duas horas.

Guardas:

- Guarda à porta de armas da Armura, 1 cabo e 3 soldados + 6 de reforço;
- Reforço às instalações militares, 1 cabo e 6 soldados que montam sentinela dobrada a uma das entradas;
- Guarda à Ponte Cais, 1 cabo e 3 soldados, dia 20 de junho 1962 passa a ser assegurada por fuzileiros;
- Guarda a presos políticos;
- Guarda e patrulha à Ponte de Ensalmá, noturna e com 3 Secções (- 1 jeep), rendição de 4 em 4 horas, das 20h às 8h.

Policiamentos:

- Estádio Sarmiento Rodrigues, com 1 Sar, 2 Cabos e 4 soldados;
- Cinema UBID, 1 cabo e 3 Sold, terças, quintas, sábados e domingos.

Rusgas:

-2 em Pefiné e Bissau.

Escoltas:

- 19 Escoltas a entidades e colunas, com 2 jeeps.

Deficiências e dificuldades:

- Nenhuma na preparação técnica e tática da CPM;
- Falta orgânica de radio montador;
- Material auto: 10 jeeps inoperacionais;
- Material Tms: não possui postos de rádio portáteis;
- Fardamento e calçado deficiente;
- Falta de ferramenta para manutenção orgânica.

A.2 CPM nº 1489: 1965-1967

(Retirado de 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 83/Nº6)

Mobilização: 6 de setembro de 1965

Embarque: 20 de outubro de 1965

Desembarque. 26 de outubro de 1965

Atividades:

- 18Nov65 – uma Sec parte para FARIM a fim de guardar prisioneiros, Comando de um Furriel Mil;
- 26Nov65 – escolta de Sua Ex.^a o Brigadeiro Diretor da Arma de Transmissões;
- 29Nov65 – rendição da Sec em FARIM;
- 11Dez65 – rendição da Sec em FARIM;
- 17Dez65 – escolta dos presos por via marítima em Bissau;
- 28Dez65 – escolta a BULA e BINAR de Sua Ex.^a o Brigadeiro 2º Comandante Mil do CTIG;
- 31Dez65 – rondas mistas (PM, Polícia Aérea e Polícia Naval) à cidade;
- 26Jan65 – escolta a FARIM, por um Pelotão comandado pelo Comandante CPM, dum niveladora do Batalhão de Engenharia;

- Jan66 – montado 1 Posto de Fiscalização de movimentos Individuais e Circulação Auto na área do porto;
- 18 a 22Fev66 (Carnaval) – intensificação de patrulhamentos;
- 15Abr66 – a CPM a 3 Pelotões fez guarda de honra a Sua Ex.^a o CEME;
- 26Jul a 12Ago66 – montado com o Batalhão do Setor de BISSAU um serviço de fiscalização de pessoal nativo das 2000 às 0500;
- 2Nov66 – 1 Pelotão policiou as cerimónias;
- 18Nov66 – chegada de reforço de PPM 1170;
- 19Nov66 – montada a segurança a desfiles de Unidades;
- 20Nov66 – PPM 1170 é distribuído pela CPM, uma secção por pelotão, para familiarização das funções a desempenhar;
- 16Jan67 – CPM a 3 pelotões presta Guarda de honra a Sua Ex.^a Ministro da Defesa do CTIG;
- 8Fev67 – individualizado o PPM 1170;
- 12Mai67 – policiamento da procissão das velas com colaboração da Polícia de Segurança Pública;

Foi fornecida guarda noturna a residência do Comandante Militar do CTIG;

Fornecido pessoal para o Posto de Fiscalização do QG;

Fornecido pessoal para os Postos de Fiscalização das Instalações militares;

112 Guardas de honra;

18 Rugsas com o Bat do Setor de BISSAU;

2 Operações de controlo de pessoal com o Bat do Setor de BISSAU;

Patrulhas para os funerais;

151 Escoltas para condução de prisioneiros;

Policiamento da gare do aeroporto de BISSALANCA durante a permanência dos

Transportes Aéreos Portugueses;

Patrulhamento da zona de atuação:

- 77 Operações STOP e de controlo da velocidade com a PSP;
- Policiamento dos espetáculos comunicados à CPM;
- Comunicadas 2751 ocorrências:
 - 1590 Movimentos individuais: atavio, uniforme, identificação, comportamento em público;
 - 994 Circulação auto: 59 de acidentes;
 - 74 Queixas contra militares;

- 1 Abandono de armamento;
- 1 Permanência ilegal de civil na província;
- 24 Capturas de desertor e ausente sem licença;
- 141 Informações variadas;
- 9 Passadas com pessoal da Marinha e FA.

Sem baixas sofridas em combate.

A.3 CPM nº 1751:1967-69

Retirado de 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 83/Número 7

À exceção dos condutores Auto, as praças PM pertenciam à recruta que terminara.

Instrução: 6 a 16 de junho, exercícios em Fonte da Telha.

Embarque a 20Jul67, Desembarque a 26Jul67

Atividade

- 27Jul67 - o PPM 1170 (1 Alf Mil + 3 Sar + 7* 1º Cabos + 28 Sold) reforça a CPM;
- 2Fev68 – escolta de honra à viatura Presidencial;
- 3Fev68 – montada segurança ao cemitério e Comando-Chefe;
- 7Fev68 – escolta de honra à viatura Presidencial;
- 16Ago68 – chegada do PPM 2072 como reforço à CPM, até 12 de setembro fica distribuído (1 secção por pelotão) pela CPM, para se familiarizar;
- Ago e Set68 – posto de fiscalização no Porto;
- 5 a 15Fev69 – 1 Secção com o Comando de Fur, presta serviço de controlo de populações;
- 14 e 15Abr69 – escolta à viatura Presidencial e guarda de segurança;
- Fev e Mai69 – posto de fiscalização no Porto.

Foi fornecida guarda noturna a residência do Comandante Militar do CTIG;

Fornecido pessoal para o Posto de Fiscalização do QG;

Fornecido pessoal para os Postos de Fiscalização das Instalações militares;

61 Guardas de honra;

23 Rusgas com o Bat do Setor de BISSAU

10 Operações de controlo de pessoal com o Bat do Setor de BISSAU;

Patrulhas para os funerais;

39 Escoltas para condução de prisioneiros;

Policciamento da gare do aeroporto de BISSALANCA durante a permanência dos TAP;

Patrulhamento da zona de atuação:

- 12 Operações STOP e de controlo da velocidade com a PSP;
- Policiamento dos espetáculos comunicados à CPM;
- Comunicadas 2565 ocorrências:
 - 1461 Movimentos individuais: atavio, uniforme, identificação, comportamento em público;
 - 781 Circulação auto: 91 de acidentes;
 - 50 Militares entregues pela PSP;
 - 129 Agressões, Informações e queixas várias;
 - 63 Desobediência à PM;
 - 25 Capturas de desertores e ausentes sem licença;
 - Apresentação voluntária;
 - 1 Por furto.

Sem baixas em combate.

A.4 CPM nº 2537: 1969-1971

Retirado de 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 106/ Número 3

03 a 30Mar69 – 1ª parte da Instrução de Aperfeiçoamento no RL2 (rondas, policiamentos, escoltas, serviço interno, etc.);

10Abr a 24Mai69 – 2ª parte da Instrução de Aperfeiçoamento no RL2;

24Mai69 – Embarque;

30Mai69 – desembarque;

31Mai69 – reforço do PPM 2072.

Atividade

- 07Jun69 – reforço de Rossum, Nova Uaque, Jugudul e Infandre;
- 10Jun69 – policiamento em Bafatá;

- 20Jun69 – autodefesa em Samba, Sansancuta e Demba Tacobá;
- 11Abr70 – PPM 2226 rende PPM 2072;
- 24Jul70 – Comandante CPM em missão de escolta;
- 01Ago70 – por insuficiência de pessoal deixa se de fornecer guarda à residência do Exm^o. Comandante Militar;
- 19Out70 – CPM efetuou guarda de honra ao governador e Comandante-Chefe das forças armadas, Sua Ex.^a General António Spínola;
- 02Nov70 – CPM monta sistema de segurança às cerimónias;
- Nov70 – por insuficiência de pessoal a CPM deixa de fazer guardas às audiências do TMT;
- 01Dez70 – novas normas de fiscalização e controlo do Porto de Bissau, dentro e fora;
- 23Jan71 – fiscalização do Estádio Sarmiento Rodrigues aquando da cerimónia de iluminação;
- 28Jan71 – rendida em todos os serviços pela CPM 3335.

Guarda noturna à residência do Comandante Militar;

Fornecido pessoal para os Postos de Fiscalização do QG e instalações militares;

Patrulhas a funerais;

Policiaamentos em todos os espetáculos comunicados;

Posto permanente de fiscalização no Porto de Bissau;

Policiaada a Gare de Bissalanca durante a permanência dos TAP;

52 Guardas de honra ao TMT;

23 Rugsas em Bissau;

379 Escoltas de prisioneiros;

15 Controlos de velocidades e operações STOP;

2031Ocorrências:

- o 1243 Movimentos Individuais;
- o 428 Circulação Auto: Acidentes 109;
- o 80 Desobediência à PM;
- o 25 Por entrega da PSP;
- o 26 Desertores e ausentes sem licença;
- o 266 Agressões, informações e queixas várias.

A.5 CPM nº 3335: 1971-1973

Retirado de 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 103/ Número 19

Embarque: 21Jan71

Desembarque: 27jan71

23Nov70 a 12Dez70 – Instrução de Aperfeiçoamento Operacional no RL2 (patrulhamentos, policiamentos, escoltas, etc.)

28Jan71 – reforço do PPM 2226

8Jan71 – rendido o PPM 2226 pelo 3100

Atividade:

- 31Jan71 – escolta a 3 CHAIMITE para Mansoa;
- 19Mar71 – Guarda de honra a Secretário de Estado;
- Mai71 – guarda de honra ao Comandante-Chefe;
- 15Jun71 – rusgas em 5 tabancas com Comando Agrupamento em Bissau;
- 6 e 9abril72 – Guardas de honra no Aeroporto de Bissalanca;
- Nov72 – rusga a Antula;
- Dez72 – rusga a Bandim.

Foi fornecida guarda noturna a residência do Governador;

Fornecido pessoal para o Posto de Fiscalização do QG;

Fornecido pessoal para os Postos de Fiscalização das Instalações militares;

Guardas de honra diariamente ao Comandante-Chefe;

Patrulhas para os funerais;

656 Escoltas para condução de prisioneiros;

Policiamento da gare do aeroporto de BISSALANCA durante a permanência dos TAP;

Posto de Fiscalização no Porto de Bissau;

Patrulhamento da zona de atuação:

- Policiamento dos espetáculos comunicados à CPM;
- Comunicadas 1985 ocorrências:
 - 1027 Movimentos individuais: atavio, uniforme, identificação, comportamento em público
 - 474 Circulação auto: 101 de acidentes

- 9 Militares entregues pela PSP
- 362 Agressões, Informações e queixas várias
- 97 Desobediência à PM
- 6 Capturas de desertores e ausentes sem licença
- Apresentação voluntária
- 1 Por furto
- 1 Suicídio
- 1 Abandono de arma

Sem baixas em combate

A.6 CPM nº 8242/72: 1973-1974

Retirado de 2ª Divisão/4ª Secção/Caixa 106/Número 1

14Dez72 – Início Da Instrução Operacional de serviço de PM;

13Jan72 – embarque;

13 a 20Jan72 – sobreposição com a CPM 3335;

15Jan72 – passam a adir a esta CPM os PPM 3100 e 8273;

Atividade:

28Jan73 – 3 Pelotões fizeram Guarda de Honra a sua Ex.^a General Quartel Mestre General;

16 e 17Jul73 – rusgas nas Tabancas de Missirá e Mindara;

26Abr74 – CPM tomou parte nos acontecimentos do Movimento das Forças Armadas, estando em prevenção alerta. Montou segurança, escolta e suprimiu as manifestações.

Guarda diária ao palácio do governador;

Guarnecidos os Postos de Fiscalização do QG e instalações militares;

Fiscalização e controlo de entradas e saídas da cidade de Bissau;

Patrulhas para os funerais comunicados;

Policciamento de cerimónias;

Guarda ao Briefing do Comandante-Chefe;

Fornecido pessoal para 3 rusgas;

14 Rusgas juntamente com a PSP, DGS;

147 Escoltas a condução de prisioneiros;

142 Escolta colunas Auto;

571 Policiamentos a espetáculos públicos;

14 Policiamentos à Ponte Cais;

2026 Ocorrências:

- 1313 Movimentos individuais;
- 562 Circulação Auto;
- 23 Desobediência à PM;
- 5 Desobediência à PSP;
- 110 Informações e queixas várias.

Apêndice B

Entrevistas

B.1. Guião da Entrevista

INQUÉRITO POR ENTREVISTA



Na elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, a realização de entrevistas surge como uma ferramenta essencial de recolha de informação e opinião dos entrevistados. Apresente entrevista está subordinada ao tema:

“Emprego Operacional da Polícia Militar No Teatro de Operações da Guiné: 1962-1975”

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome:

Posto:

GUIÃO DA ENTREVISTA:

- 1. Em que ano entrou na Academia Militar?**
- 2. Em que ano terminou a Academia Militar?**
- 3. Em que ano e em que âmbito frequentou o curso de Polícia Militar?**
- 4. Em que consistiu o curso de Polícia Militar?**
- 5. Que alterações acha que deveriam ser feitas, na altura, na instrução dos Oficiais QP como PM?**
- 6. Que funções desempenhou no Regimento de Lanceiros como Oficial de Polícia Militar?**
- 7. Que dificuldades ou lacunas sentiu no exercício das suas funções como Oficial de PM?**
- 8. Em que período esteve no TO da Guiné como Comandante PM?**
- 9. Durante a sua colocação no RL2 alguma vez ministrou o curso de PM? Se sim, em que período?**

10. Em quanto tempo era ministrado o curso de PM às Praças?
11. Quais eram as qualificações mínimas para se ser Agente PM?
12. Em que se baseava a instrução dada durante o curso?
13. Que dificuldades ou lacunas encontrou quando ministrou instrução aos futuros Agentes PM?
14. Quando foi notificado que iria ser destacado para a Província da Guiné com uma unidade de PM?
15. De quanto tempo consistiu a preparação da sua força?
16. Em que consistiu a preparação com a sua força?
17. Que treinos eram efetuados com a força PM?
18. Como Comandante PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a preparação para a missão?
19. Que alterações acha que deveriam ser feitas, na altura, na instrução dos Agentes PM?
20. Que tarefas/missões foram atribuídas à sua força para serem cumpridas no TO?
21. Qual o número de efetivos da força?
22. Como estava organizada a força?
23. Que missões desempenhou a sua força?
24. Com que frequência desempenhou as missões?
25. De que meios disponha a força?
26. A sua força trabalhou em conjunto com autoridades civis?
27. Com que frequência atuou a sua força com autoridades civis?
28. Como caracteriza o TO da Guiné?
29. Como Comandante PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a missão?
30. Quais foram os meios utilizados durante a execução das tarefas atribuídas?
31. Qual a organização da sua força para a execução das tarefas?
32. Que lições retira do emprego da sua força na Guiné?

Agradecida pela sua colaboração.

B.2. Transcrição das Entrevistas

B.2.1. Entrevista 1

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Na elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, a realização de entrevistas surge como uma ferramenta essencial de recolha de informação e opinião dos entrevistados. Apresente entrevista está subordinada ao tema:

“Emprego Operacional da Polícia Militar No Teatro de Operações da Guiné: 1962-1975”

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Hernâni dos Anjos Moás

Posto: Coronel de Cavalaria Reformado

GUIÃO DA ENTREVISTA:

1.1 Em que ano entrou na Academia Militar?

Em Outubro de 1961 ingressou na Academia Militar onde se licenciou em Ciências Militares – Arma de Cavalaria.

1.2 Em que ano terminou a Academia Militar?

Terminada a frequência na Academia Militar em outubro 1964 foi colocado na EPC em Santarém a fim de frequentar o tirocínio.

1.3 Em que ano e em que âmbito frequentou o curso de Polícia Militar?

No decurso do tirocínio, já em 1965, efetuou o Estágio da Polícia Militar.

1.4 Em que consistiu o curso de Polícia Militar?

Instrução de tarefas.

1.5 Que alterações acha que deveriam ser feitas, na altura, na instrução dos Oficiais QP como PM?

Nada a referir.

1.6 Que funções desempenhou no Regimento de Lanceiros como Oficial de Polícia Militar?

Comandante da Companhia de PM 2537 no TO Guine. Após o fim desta comissão e regressado a Lisboa foi colocado no RL2 e nomeado Comandante de uma CPM. Entre maio de 1995 e janeiro de 1997 foi Comandante do RL2.

1.7 Que dificuldades ou lacunas sentiu no exercício das suas funções como Oficial de PM?

Nada a referir.

1.8 Em que período esteve no TO da Guiné como Comandante PM?

24 de maio de 1969

1.9 Durante a sua colocação no RL2 alguma vez ministrou o curso de PM? Se sim, em que período?

Não.

1.10 Em quanto tempo era ministrado o curso de PM às Praças?

Nada a referir.

1.11 Quais eram as qualificações mínimas para se ser Agente PM?

Nada a referir.

1.12 Em que se baseava a instrução dada durante o curso?

Nada a referir.

1.13 Que dificuldades ou lacunas encontrou quando ministrou instrução aos futuros Agentes PM?

Não ministrou instrução.

1.14 Quando foi notificado que iria ser destacado para a Província da Guiné com uma unidade de PM?

A CPM foi organizada em 3 de março de 1969 pelo RL2,

1.15 De quanto tempo consistiu a preparação da sua força?

De 03 de março a 24 de maio.

1.16 Em que consistiu a preparação com a sua força?

De 03 de março a 30 de março, à CPM foi ministrada a 1ª Parte da Instrução de Aperfeiçoamento Operacional, no RL2. E após um curto período de licença do pessoal (31 de março a 10 de abril) teve lugar até à data do embarque para a Guiné (24Mai) a 2ª Parte da Instrução referida.

1.17 Que treinos eram efetuados com a força PM?

Durante a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional o pessoal devidamente enquadrado efetuou serviço específico de PM em coordenação com o RL2 – rondas, escoltas, policiamentos, controle de trânsito, serviço interno etc.

1.18 Como Comandante PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a preparação para a missão?

Durante a preparação da CPM no RL2 em Lisboa poderei ainda acrescentar, sem dúvida alguma, que deveria ter sido ministrada instrução ao pessoal sobre as características do TO onde iríamos atuar, nomeadamente sobre o inimigo, Área de atuação, orografia, clima e de muita importância a população com a qual teríamos de lidar com muito bom senso.

1.19 Que alterações acha que deveriam ser feitas, na altura, na instrução dos Agentes PM?

Nada a referir.

1.20 Que tarefas/missões foram atribuídas à sua força para serem cumpridas no TO?

Rondas, escoltas, policiamentos, controle de trânsito, serviço interno etc.

1.21 Qual o número de efetivos da força?

Efetivos:

a. Oficiais

-Capitão Cav: 1

- Alferes Mil Cav/PM: 4
- sargentos
- 1º Sarg Cav:1
- Furriéis Mil Cav PM: 9
- Furriel Mil Serviço de Administração Militar: 1
- C. Cabos
- Cabos PM: 23
- Cabo PM/Tms: 1
- d. Soldados
- Sold PM: 54
- Sold PM/CondAuto: 33
- Sold PM/Tms: 3
- e. Outros
- Praças de outras especialidades: 10 Total: 140 Militares.

1.22 Como estava organizada a força?

Após chegada ao TO da Guiné (MAI69) a CPM recebeu como reforço um Pelotão Independente de Polícia Militar (PPM) (exatamente com a mesma estrutura dos Pelotões da CPM) que do antecedente se encontrava adido à CPM rendida, possuindo já com a mesma cerca de 10 meses de experiência no cumprimento da missão e naturalmente um indiscutível conhecimento da zona de atuação, facto este que se tornou excelente para que num reduzido espaço de tempo a CPM passasse a funcionar em pleno.

Este sistema encontrava-se implementado na Guiné, pelo menos no respeitante à PM desde anos anteriores tendo o Pelotão de Reforço as suas datas de início e fim de comissão desfasadas das CPM que o integravam. No caso presente o PPM veio posteriormente a ser rendido em abril 70, por outro PPM vindo de Lisboa e nesta altura a CPM já detinha muita experiência no cumprimento da missão e conhecimento do TO para integrar o novo PPM, que mais tarde, após o fim da comissão da CPM, iria integrar a recém chegada CPM.

Para além do simples reforço, tratou-se de uma situação excelente que se veio a notar de grande importância ao permitir um rápido conhecimento da zona de atuação e da forma de melhor cumprir as missões que à PM cabiam no TO da Guiné.

1.23 Que missões desempenhou a sua força?

Missões durante o deslocamento para a Guiné a bordo do Navio Niassa que para lá transportava outras tropas: A CPM por determinação do Comandante de Bandeira (Oficial Superior da Marinha a bordo do navio) efetuou diariamente rondas a bordo.

Missões mais frequentes:

-No período noturno: Guardas à residência do Comandante Militar.

-Postos de Fiscalização ao QG do CTIG, Porta de Armas, Áreas Reservadas e outras.

-Patrulhamento da zona de atuação: fiscalização de movimentos individuais, de trânsito de viaturas militares, controle de velocidade e operações de Stop, policiamento de espetáculos, policiamento da gare do aeroporto de Bissalanca durante a permanência da avião da TAP, montagem de postos de fiscalização de movimentos individuais e circulação auto, aquando da permanência no porto de Bissau de navios de transporte de tropas, fornecimento diário (noturno) de um militar PM de reforço à Ronda da Marinha, guarda e segurança da Fortaleza da Amura (local de instalação do Comando Chefe da Guiné e do quartelamento da CPM)

Outras missões frequentes:

-Rusgas, sobretudo a “tabancas”⁴¹;

-Escortas para condução de prisioneiros de guerra (inclusive para o interior da Guiné);

-Guarda e proteção de prisioneiros de guerra (casos especiais);

-Guardas de honra ao Tribunal Militar Territorial;

-Patrulhas para funerais;

-Captura de ausentes sem licença e desertores e outros;

-Cerimónia do Render da Guarda ao Palácio do Governador (“RONCO”) seguida de desfile pela principal avenida de Bissau (cerimónia com periodicidade mensal e partilhada por outras Unidades da Guarnição – Marinha, Exército e Força Aérea);

-Segurança próxima a altas entidades.

Missões excepcionais

Por determinação superior foram cometidas à CPM duas missões, fora do âmbito da PM, assim “como tropa de caçadores” 1 Pel de PM (+) efetuou (durante 1 dia) no

⁴¹Tabancas - bairros ou localidades de população autóctone.

interior do TO, uma missão de reforço às tropas de quadrícula aí instaladas e cerca de 15 dias depois um efetivo de cerca de 2 pelotões de PM marchou via aérea para outra região mais interior do TO para, nas mesmas circunstâncias, aí efetuar a montagem da autodefesa de algumas “tabancas”, em conformidade com as instruções do comando local de quem dependiam.

Regressaram à CPM cerca de um mês e meio depois.

1.24 Com que frequência desempenhou as missões?

Diariamente.

1.25 De que meios disponha a força?

O pessoal da CPM fora instruído para o manuseamento da pistola, da G3 e da pistola-metralhadora, armamento este de que dispunha.

1.26 A sua força trabalhou em conjunto com autoridades civis?

Rusgas, sobretudo a “tabancas” (bairros ou localidades de população autóctone) em cooperação com autoridades civis e outros elementos militares;

1.27 Com que frequência atuou a sua força com autoridades civis?

Quando necessário.

1.28 Como caracteriza o TO da Guiné?

Em termos gerais, o TO da Guiné é um território muito pequeno, com uma parte continental e outra arquipelágica. De relevo insignificante é um território muito pouco acidentado. Uma vasta área territorial é habitualmente coberta pelas marés, Durante as marés vivas, observa-se na confluência de alguns rios, a formação de ondas que com grande rumor galgam aqueles rios. É um assunto sempre a ter em conta no planeamento operacional.

O clima é bastante insalubre, devido às suas elevadas temperaturas, densa humidade e emanações das regiões alagadiças. É um clima propício à ocorrência de doenças, nomeadamente o paludismo que atingia os nossos militares (os mosquitos tornavam-se num inferno quase impossível de combater).

Quanto à população existente caracterizava-se por uma grande diversidade étnica dos seus habitantes. Mais de 10 etnias num pequeno território, cada uma caracterizada

por diferentes usos e costumes, aspetos fisionómicos próprios, cristãos, islâmicos, ateus e animistas, linguagem própria, que o “crioulo” unificava, etc. Para o trabalho das NT, nomeadamente da PM, era muito importante conhecer e estudar este tema para que da relação soldado - população ou soldado europeu - soldado africano se alcançasse o desejável sucesso.

1.29 Como Comandante PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a missão?

Por determinação superior foram cometidas à CPM duas missões, fora do âmbito da PM, para as quais não fora preparada, nem dispunha de certos meios indispensáveis ao seu cumprimento. Para as citadas missões outro tipo de armamento seria muito importante. Foi um momento difícil agravado pelo facto de ter ocorrido logo na 1ª quinzena após a chegada da CPM à Guiné.

1.30 Quais foram os meios utilizados durante a execução das tarefas atribuídas?

O pessoal da CPM dispunha da pistola, da G3 e da pistola-metralhadora.

1.31 Qual a organização da sua força para a execução das tarefas?

Dependia das tarefas.

1.32 Que lições retira do emprego da sua força na Guiné?

A disciplina e a apresentação do pessoal foram a base do sucesso. O reforço, tratou-se de uma situação excelente que se veio a notar de grande importância ao permitir um rápido conhecimento da zona de atuação e da forma de melhor cumprir as missões que à PM cabiam no TO da Guiné.

Agradecida pela sua colaboração.

B.2.2 Entrevista 2

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Na elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, a realização de entrevistas surge como uma ferramenta essencial de recolha de informação e opinião dos entrevistados. Apresente entrevista está subordinada ao tema:

“Emprego Operacional da Polícia Militar No Teatro de Operações da Guiné: 1962-1975”.

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Manuel Maria Pinheiro das Neves Veloso

Posto: Coronel de Cavalaria Reformado

GUIÃO DA ENTREVISTA:

2.1 Em que ano entrou na Academia Militar?

Outubro de 1961.

2.2 Em que ano terminou a Academia Militar?

Junho de 1965 (incluindo o ano do Tirocínio de Oficiais do Quadro Permanente, na Escola Prática de Cavalaria em Santarém).

2.3 Em que ano e em que âmbito frequentou o curso de Polícia Militar?

Em 1965, imediatamente após concluir o Tirocínio para Oficiais do Quadro Permanente.

2.4 Em que consistiu o curso de Polícia Militar?

Duma forma muito geral, no estudo teórico do Regulamento de Campanha da PM e da prática dos procedimentos e situações que o mesmo prevê.

2.5 Que alterações acha que deveriam ser feitas, na altura, na instrução dos Oficiais QP como PM?

Francamente não tenho opinião sobre esta pergunta

2.6 Que funções desempenhou no Regimento de Lanceiros como Oficial de Polícia Militar?

No então RL2, estive colocado apenas para e durante a preparação da CPM 3335, (julho de 1970 a janeiro de 1971) da qual era o Comandante e com quem parti para o TO da Guiné a fim de aí cumprir uma comissão de serviço.

Devo referir também que apenas comandei esta CPM durante um pouco menos de ano e meio pois, por razões de saúde, tive que ser evacuado para a metrópole, tendo sido substituído nas funções pelo então Capitão de Cav Fernando Caetano, já falecido.

2.7 Que dificuldades ou lacunas sentiu no exercício das suas funções como Oficial de PM?

Não recordo aspetos relevantes sobre esta pergunta

2.8 Em que período esteve no TO da Guiné como Comandante PM?

Desde janeiro de 1971 a julho de 1972. Depois de 8 meses de baixa na metrópole, voltei à Guiné para terminar a comissão, tendo exercido funções no QG do CTIG durante 4 meses.

2.9 Durante a sua colocação no RL2 alguma vez ministrou o curso de PM? Se sim, em que período?

Durante a preparação da minha Companhia.

2.10 Em quanto tempo era ministrado o curso de PM às Praças?

Tratava-se da chamada “especialidade” e julgo que eram cerca de 4 meses.

2.11 Quais eram as qualificações mínimas para se ser Agente PM?

Para as praças era escolaridade mínima obrigatória, a instrução de recruta e a especialidade de PM completas e ainda uma altura mínima que já não recordo qual.

2.12 Em que se baseava a instrução dada durante o curso?

Basicamente e como normal, instrução de Ordem Unida, instrução de Educação Física, instrução de tiro e lançamento de granadas de mão, instrução sobre o Regulamento de campanha da PM e prática dos diversos procedimentos. Duma forma geral também, prática das diversas situações de policiamento, tais como guarda de

instalações militares, patrulhas para controlo de movimentos de viaturas e de pessoal militar, balizagem de itinerários, segurança de altas entidades, também técnicas de controlo, ou dispersão de motins, enfim, todas as situações que por ventura e previsivelmente pudessem vir a ser vividas.

2.13 Que dificuldades ou lacunas encontrou quando ministrou instrução aos futuros Agentes PM?

Não me recordo.

2.14 Quando foi notificado que iria ser destacado para a Província da Guiné com uma unidade de PM?

Julgo que em maio/junho de 1970

2.15 De quanto tempo consistiu a preparação da sua força?

De cerca de 5 meses incluindo uma inicial ~”escola de quadros”.

2.16 Em que consistiu a preparação com a sua força?

Já respondi, na generalidade, no ponto 17

2.17 Que treinos eram efetuados com a força PM?

Duma forma geral todas as situações e procedimentos previstos no Regulamento de Campanha e mais o correspondente ao serviço interno da Unidade

2.18 Como Comandante PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a preparação para a missão?

Teria gostado de poder ter mais tempo de preparação.

2.19 Que alterações acha que deveriam ser feitas, na altura, na instrução dos Agentes PM?

Não me recordo

2.20 Que tarefas/missões foram atribuídas à sua força para serem cumpridas no TO?

Guarda de instalações militares, nomeadamente da fortaleza da Amura onde se situava o Comando Chefe e a própria CPM, guarda da Porta de Armas do QG/CTIG, patrulhamento da cidade de Bissau e controlo de movimentos individuais, patrulhamento da Rede de segurança da Cidade, patrulhamento do itinerário e dos movimentos de viaturas na estrada de Bissau até João Landim, diversas Guardas de Honra, policiamento e controlo do desembarque de unidades, quer chegadas à Guiné por via marítima quer por via aérea e ainda algumas ações de controlo de movimentos individuais em colaboração com outras forças militares e civis, tais como as Polícias Aérea e Naval e também com a Polícia de Segurança Pública.

2.21 Qual o número de efetivos da força?

140 a 150 homens.

2.22 Como estava organizada a força?

A CPM a 3 pelotões PM e um Pelotão de Serviços, reforçada com mais um Pelotão PM independente. (cada Pelotão PM, comandado por um Alferes, com 3 secções de comando de sargento, que para além das praças PM, tinham também condutores auto). O Pelotão de serviços, tinha militares com outras especialidades, nomeadamente escriturários, enfermeiros/maqueiros, operadores de transmissões, mecânicos auto, cozinheiros.

2.23 Que missões desempenhou a sua força?

As mesmas que no ponto 20.

2.24 Com que frequência desempenhou as missões?

As guardas e patrulhamentos diários; as restantes missões quando solicitadas ou determinadas.

2.25 De que meios dispunha a força?

O armamento e equipamento individual e orgânico, viaturas ligeiras, Jeep, e pesadas, Unimog e Berliet.

2.26 A sua força trabalhou em conjunto com autoridades civis?

Já respondido no ponto 20.

2.27 Com que frequência atuou a sua força com autoridades civis?

Quando solicitado.

2.28 Como caracteriza o TO da Guiné?

Um TO bastante difícil, não tanto para a PM, mas sobretudo para as restantes tropas, em especial para as do Exército.

2.29 Como Comandante PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a missão?

Nada de relevante.

2.30 Quais foram os meios utilizados durante a execução das tarefas atribuídas?

Dos disponibilizados.

2.31 Qual a organização da sua força para a execução das tarefas?

Com tarefas tão diferentes, é evidente que a organização das forças foi variada de acordo com a missão e respetivas necessidades. Em todo o caso procurei sempre tirar partido do espírito de corpo de cada um dos pelotões, promovendo a sua rotação e de alguma forma, uma salutar competição na forma e empenho com que cada um se dedicou ao cumprimento da missão.

2.32 Que lições retira do emprego da sua força na Guiné?

Julgo que cumprimos todas as missões que nos foram atribuídas

Agradecida pela sua colaboração.

B.2.3 Entrevista 3

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Na elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, a realização de entrevistas surge como uma ferramenta essencial de recolha de informação e opinião dos entrevistados. A presente entrevista está subordinada ao tema:

“Emprego Operacional da Polícia Militar no Teatro de Operações da Guiné: 1962-1975”

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome: Alexandre Maria de Castro de Sousa Pinto

Posto: Tenente-General (Reformado) do Exército

GUIÃO DA ENTREVISTA:

3.1 Em que ano entrou na Academia Militar?

1961.

3.2 Em que ano terminou a Academia Militar?

1965.

3.3 Em que ano e em que âmbito frequentou o curso de Polícia Militar?

1965, imediatamente após o tirocínio.

3.4 Em que consistiu o curso de Polícia Militar?

Houve uma parte teórica e outra prática com uma maior incidência nas matérias que cobriam a área da fiscalização dos movimentos individuais, sendo pouco profundo nas restantes áreas.

3.5 Que alterações acha que deveriam ser feitas, na altura, na instrução dos Oficiais QP como PM?

Na altura, nenhuma.

3.6 Que funções desempenhou no Regimento de Lanceiros como Oficial de Polícia Militar?

Comandante de Esquadrão e comandante do Regimento.

3.7 Que dificuldades ou lacunas sentiu no exercício das suas funções como Oficial de PM?

As lacunas correspondentes à elaboração de planos e ordens relativas às várias áreas de ação da PM.

3.8 Em que período esteve no TO da Guiné como Comandante PM?

Janeiro de 1973 a outubro de 1974.

3.9 Durante a sua colocação no RL2 alguma vez ministrou o curso de PM? Se sim, em que período?

Sim, como comandante de Esquadrão de Instrução, em 1972.

3.10 Em quanto tempo era ministrado o curso de PM às Praças?

2 Meses.

3.11 Quais eram as qualificações mínimas para se ser Agente PM?

4º Ano de escolaridade e qualificações físicas.

3.12 Em que se baseava a instrução dada durante o curso?

Cobria todas as áreas de atuação.

3.13 Que dificuldades ou lacunas encontrou quando ministrou instrução aos futuros Agentes PM?

Nenhumas.

3.14 Quando foi notificado que iria ser destacado para a Província da Guiné com uma unidade de PM?

Quando fui mobilizado, em maio de 1972.

3.15 De quanto tempo consistiu a preparação da sua força?

3 Meses de recruta e 2 de especialidade.

3.16 Em que consistiu a preparação com a sua força?

Em exercícios de campo em que se procurava atuar as situações que previsivelmente seriam as que teríamos de enfrentar no TO de destino.

3.17 Que treinos eram efetuados com a força PM?

Treinavam-se todas as previsíveis futuras atuações.

3.18 Como Comandante PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a preparação para a missão?

Não recordo dificuldades.

3.19 Que alterações acha que deveriam ser feitas, na altura, na instrução dos Agentes PM?

Não recordo nenhuma em concreto.

3.20 Que tarefas/missões foram atribuídas à sua força para serem cumpridas no TO?

Fiscalização de movimentos individuais; escoltas a colunas; segurança de instalações e pontos sensíveis; escoltas a movimentos fluviais; cerimónias protocolares; fiscalização da circulação; ações anti-subversivas; e outras.

3.21 Qual o número de efetivos da força?

Um esquadrão a quatro pelotões, reforçado por dois pelotões independentes na fase inicial. Numa segunda fase, no período de transição para a independência, fui nomeado Preboste do TO tendo sob o meu comando três esquadrões de PM (dois resultantes da transformação em PM de CCav que foram chamadas a Bissau para o efeito).

3.22 Como estava organizada a força?

Os pelotões entravam alternadamente de serviço interno, de ronda, de prevenção e de folga. Na segunda fase todo o policiamento militar passou a ser da minha responsabilidade por a PSP ter perdido toda a sua capacidade de atuação, sendo efetuadas reuniões diárias com elementos da segurança do PAIGC e organizadas

patrulhas mistas. Não surgiram problemas de monta e os que surgiram foram resolvidos sem necessidade do uso de violência.

3.23 Que missões desempenhou a sua força?

Já respondido.

3.24 Com que frequência desempenhou as missões?

Em permanência, diariamente.

3.25 De que meios disponha a força?

Já respondido.

3.26 A sua força trabalhou em conjunto com autoridades civis?

Sim e também com outras autoridades militares como a Marinha e a Força Aérea.

3.27 Com que frequência atuou a sua força com autoridades civis?

Com muita frequência, nomeadamente na fase final em que substituímos a própria autoridade civil.

3.28 Como caracteriza o TO da Guiné?

Nada a referir.

3.29 Como Comandante PM, quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a missão?

Neste tipo de missão as dificuldades principais que surgem têm origem nas nossas próprias forças, nomeadamente nas forças especiais que tem tendência para expressar nas suas folgas os estados de espírito mais “loucos” e que têm dificuldade em aceitar que a PM os fiscalize. Os maiores problemas com que deparamos foram sempre com fuzileiros, comandos ou pára-quedistas, tendo chegado a haver trocas de tiros e lançamento de granadas entre militares em duas ou três ocasiões mais extremas.

3.30 Quais foram os meios utilizados durante a execução das tarefas atribuídas?

Os meios foram os que nos estavam distribuídos, sendo essenciais os meios de comunicações de que dispnhamos e que eram de excepcional qualidade.

3.31 Qual a organização da sua força para a execução das tarefas?

Já respondido.

3.32 Que lições retira do emprego da sua força na Guiné?

Para aquele território e o tipo de guerra que ali ocorria disponhamos do necessário em pessoal e material mas, se pensarmos em termos gerais no que a PM tem como missões a desempenhar num TO de campanha, ainda hoje falta desenvolver alguns aspetos essenciais da Instrução e da formação em campos que não têm vindo a ser cuidados, nomeadamente nos procedimentos de estado-maior.

Agradecida pela sua colaboração.

Anexos

Anexo A

Modelo de Lição

Retirado de Ministério da Defesa Nacional, 2012, p.C-1.

1. Título

O título deve ser breve, mas específico. Deve dar uma boa indicação quanto ao conteúdo da observação.

2. Observação

Uma breve afirmação factual para descrever o que aconteceu e a diferença em relação às expectativas. Esta afirmação pode ser positiva (por exemplo, algo observado que correu melhor do que o esperado) ou negativa (por exemplo, algo que aconteceu e não era suposto ter acontecido e vice-versa). Os pormenores do acontecimento devem ser apresentados no parágrafo de discussão. As observações devem ser restritas a assuntos individuais. Os vários assuntos devem ser divididos em observações independentes e incluir referências cruzadas entre si na secção de discussão.

Nota: Na NATO, apenas é obrigatório o preenchimento do campo “observação” do modelo.

Atenção: Um dos erros mais comuns na descrição da observação é a indicação de detalhes mais adequados para as secções de discussão, conclusão ou recomendação do modelo, por exemplo, "Os oficiais de estado-maior devem trabalhar mais", ou a inclusão de muito pouca informação, por exemplo, "A lição 345 não foi de todo aprendida".

3. Discussão

A discussão explica o como e porquê do assunto observado ser diferente das expectativas.

São discutidas as razões para o sucesso ou fracasso e as circunstâncias que envolvem o assunto. A discussão amplia a afirmação de observação e responde às questões "quem, o quê, onde, quando, porquê e como" relativas à observação. Deve explorar todos os fatores que aparentemente contribuem, por exemplo a análise do assunto observado.

Pode incluir os fatos do evento, o contexto e o ambiente, e quaisquer ações tomadas para solucionar um problema devem ser explicadas em detalhe. Se um problema não for passível de resolução explicar porquê.

Atenção: Resistir à tentação de repetir a observação. Ser o mais conciso possível, mas incluir todos os dados e informação que se espera serem necessários para uma análise mais aprofundada.

4. Conclusão

A conclusão é um balanço sumário da lição que foi aprendida com a experiência e a investigação da(s) causa(s) raiz dos assuntos descritos na observação e discussão. É uma derivação lógica da informação contida na observação e discussão.

Atenção: Evitar informação excessiva e certificar-se de que a conclusão não contém nenhuma informação nova. Um erro comum é fazer recomendações em vez de manter puramente as conclusões sobre a(s) causa(s) raiz. Assegurar-se que a conclusão urge logicamente no seguimento da observação e discussão: uma boa ideia será pedir a alguém para a ler e certificar-se de que está de acordo com a sua lógica. Deve tentar-se começar a conclusão com a frase: "Portanto, nós aprendemos que...".

5. Recomendação

A recomendação deve indicar a RA sugerida através do fornecimento de aconselhamento explícito sobre o que deve ser feito para repetir o sucesso ou evitar e/ou resolver o problema. Identifica exatamente o que precisa ser mudado – publicações novas ou modificadas, procedimentos, aquisição de novos equipamentos, mudança na estrutura da força, revisão de relações de comando, melhor formação, etc. – e como deve ser feito. A recomendação deve também propor um AB adequado. A recomendação deve decorrer logicamente da conclusão, de modo a quem seguir a

recomendação, possa colher os benefícios da aprendizagem para si e para a sua organização.

Atenção: Os erros mais comuns incluem a reformulação ou repetição da observação ou conclusão, ou qualquer outro parágrafo. Assegurar também que a recomendação deriva diretamente da conclusão.

6. Utilização do Modelo de Lição

O modelo de lição descrito nos parágrafos anteriores, quando completamente preenchido, contém toda a informação necessária para uma LI e é também utilizado para registar observações.

Para registar observações não é necessário utilizar os cinco campos do modelo ODCR, é apenas obrigatório o preenchimento do campo “Observação” e inserir informação adicional e elementos de prova no campo “Discussão”. Este procedimento pode aumentar a eficiência de um processo de Lições Aprendidas, porque pode eliminar a necessidade de o LLSO contactar o autor para obter mais pormenores a fim de elaborar a LI.

Sugestão: Se ao escrever uma LI, por exemplo, já tem uma RA, deve tentar alterar a ordem de utilização dos campos do modelo ODCR preenchendo em primeiro lugar a observação, em segundo a recomendação, em terceiro a conclusão para apoiar a recomendação e em quarto a discussão necessária para ir logicamente da observação para a conclusão e recomendação.

Como uma observação se movimenta através de um processo de Lições Aprendidas, é inserida informação adicional nos campos do modelo ODCR de modo que, quando completos, o resultado é uma LI. No Anexo D são apresentados e discutidos alguns exemplos de lições no formato do modelo ODCR.

7. Impresso de Registo de Observação

O Anexo B contém um modelo de impresso para o Registo de Observações com Instruções de Preenchimento.

Anexo B

Registo de Observações

Retirado de Ministério da Defesa Nacional, 2012, p.C-1-1



DIREÇÃO DE DOCTRINA
Registo de Observação

NOME		Posto	
Telefone Mil.		Arma/Svç/Esp	
Telefone Civil		E-Mail (Exército)	
FAX		E-Mail (Civil)	
U/E/O			

CLASSIFICAÇÃO DE SEGURANÇA

ATIVIDADE

GRUPO DATA/HORA DE OBSERVAÇÃO

TÍTULO

OBSERVAÇÃO

DISCUSSÃO

CONCLUSÃO

RECOMENDAÇÃO

Por favor enviar para cid.ra.doutrina@mail.exercito.pt, por Fax: Mil. 450 165, Civil 266 760 165, ou para Direção de Doutrina/CID, Largo de S. Domingos, 7000-519 Évora

Instruções para o Preenchimento:

Classificação de Segurança

A Classificação de Segurança¹ é determinada pela necessidade de proteção de segurança dos dados mais sensíveis contidos na observação. A classificação só pode ser alterada pela origem ou por entidade competente. Apenas a Informação Não Sensível, a que o público pode ter acesso, pode ser transmitida em claro e aceite para integrar uma base de dados de Lições Aprendidas não classificada.

Atividade

A atividade identifica a operação, exercício, treino ou experiência em que teve lugar a observação, por exemplo: ISAF, KFOR,

Grupo Data/Hora de Observação

A data e a hora em que ocorreu a observação.

Título

O título define o principal assunto ou problema relacionado com a observação. Cada observação deve limitar-se a um assunto ou problema. Por isso deve ser breve e específico e deve dar uma indicação razoável quanto ao conteúdo da observação.

Descrição da Observação

Compreende uma breve descrição do que aconteceu e como difere das expectativas. Redigir uma breve descrição fatural do assunto ou problema observado e os resultados obtidos. O assunto pode ser positivo (por exemplo, algo que funcionou bem) ou negativo (por exemplo, aconteceu algo que não deveria ter acontecido ou vice-versa). Os detalhes devem ser apresentados no parágrafo de discussão. A observação deve ser restringida a um único problema ou questão. Se forem várias questões devem ser separadas em várias observações podendo ser usadas como referências cruzadas entre si na fase da discussão.

Discussão

A discussão explica o porquê do acontecimento, como e porque diferiu da expectativa. As razões para o sucesso ou fracasso devem ser mencionadas e as

circunstâncias discutidas. A discussão amplia o conteúdo da observação e responde às questões “quem, o quê, onde, quando, porquê e como” relativas à observação. Deve explorar todos os fatores contributivos aparentes, por exemplo a análise do assunto observado. Pode incluir a história que deu origem ao evento, o contexto em que foi gerado, explicar pormenorizadamente as medidas tomadas para solucionar o problema. Se o problema não pôde ser resolvido explicar porquê. Não repetir dados.

Conclusão

A conclusão é um balanço sumário da lição que foi aprendida a partir da experiência e da investigação sobre as causas do problema descrito na observação e discussão ou seja, a conclusão é uma afirmação que completa a observação e discussão. Conclusão provém, de uma forma lógica, dos diferentes aspetos descritos na discussão e deve fornecer um resumo conciso da situação observada. Não incluir pormenores desnecessários.

Recomendação

Este parágrafo deve fornecer recomendações explícitas para solucionar o problema. Identifica exatamente o que precisa ser mudado e como tal deve ser feito. Referir indicações sobre como repetir o sucesso obtido ou como corrigir o problema e quem deve fazer a correção. Isto pode implicar a modificação ou elaboração de publicações, procedimentos, aquisição de novos equipamentos, mudança de estrutura da força, revisão de relações de comando, aperfeiçoamento na formação, etc. Para além da Ação Corretiva, a recomendação deve propor um Elemento de Ação adequado. A recomendação deve derivar logicamente da conclusão, de modo a que se alguém seguir a recomendação irá, com certeza, colher os benefícios da aprendizagem para si para a organização. Não repetir a observação ou qualquer outro parágrafo.

Anexo C

Processo de Entrevista

Retirado de Ministério da Defesa Nacional, 2012, p.E-1.

1.Generalidades

Uma tarefa comum do LLSO é provavelmente a recolha de informação adicional sobre as observações, de modo a transformá-las em lições identificadas. Se houver tempo, a entrevista à pessoa ou pessoas que submeteram a observação original é o melhor meio para obter esta informação. A utilização do processo a seguir apresentado irá contribuir para ajudar a recolher toda a informação necessária durante a entrevista.

2. Processo de Entrevista⁴²

a. Visão geral

Deve pensar-se nas partes da entrevista como partes de uma árvore que se está a tentar explorar. O tronco é a finalidade básica da entrevista, baseada na observação original. Os ramos são todas as questões que envolvem a observação a explorar.

Depois, cada ramo necessita de ser explorado para encontrar as suas causas principais. Finalmente podem colher-se os frutos da ponta do ramo – ou seja, obter a opinião do especialista entrevistado sobre como a organização pode aprender com a experiência.

b. Passo 1: Introduzir o tronco (objetivo principal)

Primeiro é necessário o entrevistador apresentar-se ao entrevistado e explicar o objetivo da entrevista. De seguida lembrar o entrevistado qual o teor da observação em que será baseada a entrevista e dar-lhe uma oportunidade para falar um pouco sobre os seus conhecimentos em relação à observação.

⁴² Traduzido e adaptado do “The Lessons Learned Handbook” (Nick Milton, pp. 41, 43)

c. Passo 2: Identificar os ramos (envolver o assunto)

Em seguida, efetuar uma série de perguntas para identificar qual a aprendizagem que advém da observação. Devem ser perguntas do tipo “o que”/”qual” no tempo verbal “passado”:

- Quais foram os fatores de sucesso?
- O que funcionou/não funcionou bem?
- Quais foram os desafios e as dificuldades?
- Quais foram algumas das questões/assuntos principais?
- O que abordaria de forma diferente na próxima vez?

d. Passo 3: Explorar as causas principais

Em seguida, para cada um dos ramos do Passo 2 que pareçam relevantes explorar as causas principais utilizando as perguntas "como" e "porquê" ou a técnica "5 Vezes Porquê" descrita no Capítulo 4. Utilizar perguntas abertas, tais como:

- Por que é que acha que foi tão bem sucedido?
- O que faria para garantir o sucesso?
- O que faltou para que desse origem ao sucedido?
- Por que diz isso?
- Pode explicar como conseguiu isso?
- Pode falar-me sobre disso?

e. Passo 4: Colher o fruto (o que aprendeu)

Quando julgar que entendeu qual é a aprendizagem, deve solicitar a ajuda do entrevistado para identificar alguns caminhos úteis a seguir. Fazer perguntas do tipo:

- Qual seria o seu conselho para alguém que tivesse de fazer isso no futuro?
- Se fosse fazer isso de novo, o que faria diferente?
- Se pudesse voltar atrás no tempo e fazer um reparo a si próprio, o que seria?

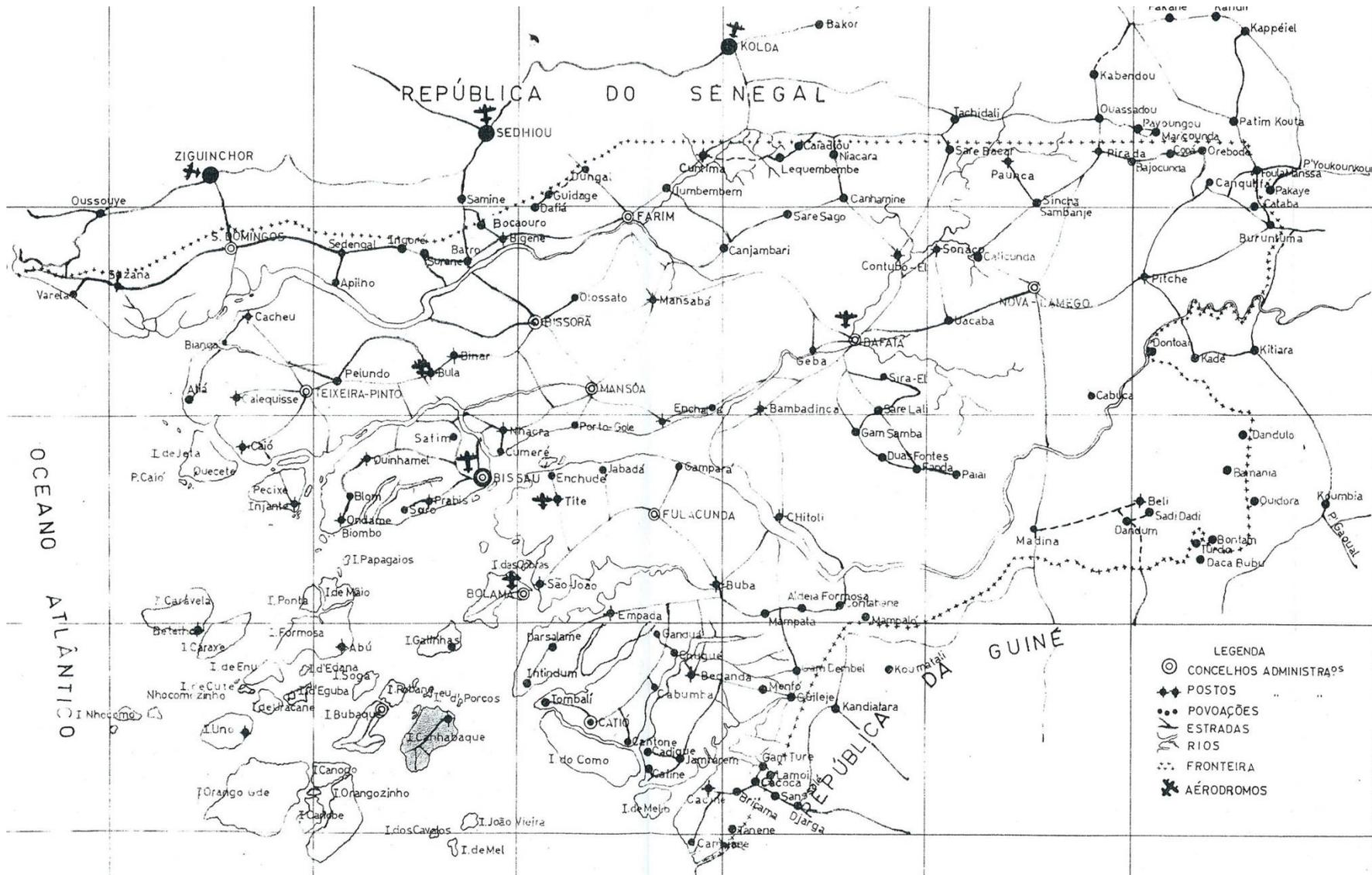
f. Passo 5: Analisar as suas notas

Quando terminar a entrevista, pergunte ao entrevistado se não se importa de verificaras suas notas no prazo de um ou dois dias. Reserve algum tempo imediatamente após a entrevista para reescrever as suas notas de forma resumida, isto é, selecione a informação mais importante que o entrevistado lhe deu. Se usar o formato ODCR, terá

um projeto de LI pronto para análise pelos decisores da sua organização. Envie suas notas organizadas para o entrevistado, para que este verifique se a sua LI foi obtida corretamente.

Anexo D Mapa da Província da Guiné

Retirado de Arquivo Histórico Militar 2ª Divisão/4ª Secção



Anexo E
Designação e Estacionamento das Un Ultramarinas Segundo a
Legislação Anterior a 1960

Guiné

Unidades	Sedes	Unidades Destacadas
Quartel-General	Bissau	—
1. ^a Companhia de Caçadores	Bissau	—
2. ^a Companhia de Caçadores	Farim	—
3. ^a Companhia de Caçadores	Nova Lamego (a)	—
4. ^a Companhia de Caçadores	Buba (b)	—
Bateria de Artilharia de Campanha	Bissau	—
Depósito Geral de Material	Bissau	—
Tribunal Militar Territorial (c)	Bissau	—

(a) Não chegaram a ser concretizadas até ao início de 1961.
(b) Provisoriamente em Bolama.
(c) Tem anexa uma Casa de Reclusão.

Retirado de Estado-Maior do Exército, 1988, p.167.

Anexo F

Quadro de Efetivos nos 3 TO

TO Anos	Angola	Moçambique	Guiné	Total	Obs.
1960	—	—	—	—	(a)
1961	33 477	11 209	4 736	49 422	(b)
1962	44 925	11 852	5 070	61 847	(c)
1963	47 400	14 246	9 650	71 296	(d)
1964	52 493	18 049	15 195	85 737	
1965	57 073	22 856	17 252	97 181	
1966	55 816	30 588	20 801	107 205	
1967	57 420	34 721	21 650	113 791	
1968	58 230	36 615	22 839	117 684	
1969	55 574	39 096	26 581	121 251	(e)
1970	55 233	38 712	26 775	120 720	
1971	62 060	44 505	29 210	135 775	(f)
1972	60 317	46 723	29 957	136 997	
1973	65 592	51 463	32 035	149 090	(g)

- (a) Em Dez. 1960, havia em Angola cerca de 6500 militares (dos quais 1500 metropolitanos).
 (b) Valores obtidos através do número exacto oficial dos militares metropolitanos e do arbítrio do recrutamento local para Angola, Moçambique e Guiné de 5000, 3000 e 1000 respectivamente.
 (c) O valor de Angola foi extraído do Rel. Periódico de Comando da RMA de 31-12-62. Para Moçambique e Guiné os valores são estimados, mas, face a outros dados oficiais, estão muito aproximados. Mantêm-se como valores arbitrários de recrutamento local os mesmos de 1961.
 (d) Valores estimados face a dados oficiais para Angola e Moçambique. Para a Guiné o valor foi extraído do Rel. de Comando do CTIG N.º 5/1966.
 (e) Dados referidos a 31-3-70 (Mapa de Efectivos da 1.ª Rep./EME).
 (f) Idem, de 31-3-72.
 (g) Idem, de 30-9-73.

Retirado de Estado-Maior do Exército, 1988, p.259.

Anexo G

Relatório de Instrução do RL2

Retirado de Arquivo Histórico Militar 2ª Divisão/4ª Secção.




MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 RM (CTI) G.H.L.
 Unidade R.L.2
 (Territorial)

Exemplar n.º
 Visto (do Cmt/RM ou CTI)
 Em / / 19.....

3272/1818
 2.106.213
 22 5 969

C.P.M. 2537

RELATÓRIO SOBRE O NÍVEL ATINGIDO PEL A
 NO FINAL DA INSTRUÇÃO de I.A.O. (1ª FASE)
 PROVÍNCIA DE DESTINO GUINÉ

1. PERÍODO A QUE DIZ RESPEITO O RELATÓRIO E SITUAÇÃO DA UNIDADE MOBILIZADA

a. Período: de 9 ABR 1969 a 23 Mai 1969

b. Situação anterior: I.A.O. 1ª Parte 4ª E.R./68

c. Destino após o termo desta instrução: CTI da Guiné

2. INSTRUÇÃO DE ARMAMENTO

a.

Armamento de que devia ser ministrada instrução, tendo em atenção a Prov. de destino	Armamento cuja instrução (a)			Resultados obtidos (a)			OBS.
	Foi completa	Não foi completa	Não foi ministrada	Bons	Regulares	Mediocres	
Esp. Mauser 7,9	X						
Esp. Aut. G3 7,62	X						
Met. Dreyse		X					
Met. Madsen	X						
Met. MG 42		X					
Met. p. Breda			X				
Mort. 60			X				
Mort. 81			X				
Pist. Walther	X						
Pist. Met. FBP	X						
Pist. Met. UZI		X					
Pist. Met. Vigneron	X						

(a) - Assinalar com uma + a coluna respectiva

b. Outros tipos de armamento de que recebeu instrução: Met. BREN
Com as armas cuja instrução não se considera completa, não foi efectuada
tire

CONFIDENCIAL
 Nº 15º
 DA LEI Nº 6/94 DE 7 DE ABRIL



3. TIRO E LANÇAMENTOS DE GRANADAS

a.

Tabela e Lançamentos executados	Tabelas e lançamentos (a)		Resultados obtidos (b)			N.º de granadas por homem	N.º de homens		OBS. (c)
	Executado	Não executado	Bons	Regulares	Medíocres		Que devia executar	Que não executou	
Por não terem sido executadas na instrução anterior									
Relativas a esta fase da instrução									
1ª Classe	x		34%	7,76%	58,24%				
Classe Espec.	x		75%	25%	0%				
Tiro instint. 1ª F. (prov) adap	x	88	56%	9,11%	2,33%				
Tiro instint. 1ª F. (prov) Comb.	x	93	6%	4,65%	1,75%				
Tiro instint. 1ª F. (prov) Adap	x	85%	11,25%	4,75%					
Tiro instint. 1ª F. (prov) Comb	x	91,5%	8,5%	0%					
1ª Classe Esp.	x	50,23%	30,90%	10,79%					

- (a) - Assinalar com uma + a coluna respectiva.
- (b) - Assinalar, sempre que possível, em percentagem.
- (c) - No caso de só parte da Unidade não ter realizado determinada tabela ou tiro com determinada arma, deverá, em observações, dar-se uma indicação, tão rigorosa quanto possível, do quantitativo de pessoal nessas condições.

b. Considerações sobre o grau atingido no tiro instintivo: BOM

.....

.....

4. EXPLOSIVOS, MINAS E ARMADILHAS

a. Receberam instrução prática de manuseamento de explosivos, minas e armadilhas?

Sim	Não
x	

b. No caso negativo, foi ministrada instrução teórica?

c. Qual o pessoal especializado que faz parte da Unidade? Asp.Of.Mil.06574265
ANTONIO J.C.PEDRO e 1º Cabos Milicianos 03035967 JOSÉ P.S.OLIVEIRA
01407368 MANUEL M.ROSARIO e 01893168 MANUEL D.JESUS

CONFIDENCIAL

ADO
NOS TERMOS DO ART. 15º
DA LEI Nº 674 DE 7 DE ABRIL



5. INSTRUÇÃO DE CONDUÇÃO AUTO

a.

Tipos de viaturas	N.º de condutores		Resultados obtidos (a)			Por condutor	
	Da Unidade	Que frequentaram a instrução	Bons	Regulares	Medíocres	N.º de horas de instrução	Quilometragem média percorrida
Utilizadas na Instrução de Adaptação							
Land Rover (Jeep) Mercedes 3 Ton. Unimog	33	33	100%	0%	0%		
Não utilizadas, mas interessando à Província de destino:	Observações: Estes condutores da Companhia já faziam serviço nos Esquadrões organicos de Policia Militar pelo que têm alguma pratica de condução em especial da viatura LAND-ROVER						
1/4 TON (Jeep) 3/4 TON (Jeepão) 3 TON Morris 3 TON Ford 3 TON Bedford Viaturas de maior tonelagem							

(a) - Em percentagem.

b. Recomendações especiais referentes aos condutores auto:

6. INSTRUÇÃO E TRANSMISSÕES

Tipos de Postos de rádio	Nível atingido na instrução (a)			N.º de instrumentos que	
	Bons	Regulares	Medíocres	devia frequentar	frequentou
Utilizados					
AN/GRC9	0%	100%	0		
AN/PRG10	100%	0%	0		
CPRC 26	100%	0%	0		
AVP7HC736	100%	0%	0	4	4
AVP1	100%	0%	0		
CHP1	100%	0%	0		
DHS1	Deficiências a corrigir na preparação de pessoal:				
Não utilizados mas interessando à Província de destino:	As deficiências encontradas na 1ª parte foram corrigidas pela prática				
Nada a mencionar					

(a) - Em percentagem.

DECLASSIFICADO
CONFIDENCIAL nº 15º
 DA LEI Nº 6/94 DE 7 DE ABRIL



7. INSTRUÇÃO INDIVIDUAL DE COMBATE

a. Nível atingido nesta instrução

Bom	Regular	Medíocre
	x	

b. Deficiências notadas: Pouca prática em virtude de, por se tratar de uma Companhia de Polícia Militar outros pontos exigirem mais atenção na instrução dada.

8. FOI MINISTRADA INSTRUÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAMENTE AO CONHECIMENTO DO INIMIGO? . . .

Sim	Não
x	

9. SERVIÇO DE CAMPANHA

a. Nível atingido nesta instrução

Bom	Regular	Medíocre
	x	

b. Número de dias de instrução de campo: 2

Nota - Só pode ser contado como dia de instrução de campo o período de instrução que inclua, pelo menos, a 2.ª ou 3.ª refeição fora do aquartelamento, ou a instrução nocturna que se prolongue para além das 24h00.

c. Deficiências notadas: _____

10. COZINHEIROS

a. Estão em condições de desempenhar a sua especialidade?

Bem	c/ deficiências	Mal
	x	

b. Deficiências notadas: Nada a mencionar

11. MORAL DA SUBUNIDADE

a. Nível moral das tropas

Elevado	Normal	Regular	Fraco
	x		

b. Tipos de instrução ministrada para elevação do moral: Palestra e filices

c. Razões que levaram a não considerar o moral elevado: _____

CONFIDENCIAL

ADO
NOS TERMOS DO ART. 15º
DA LEI Nº 694 DE 7 DE ABRIL



d. Apreciação dos Quadros: ~~Cndt. de Companhia com boas qualidades de Comandante mas pouca experiência de serviço de Polícia Militar. Restantes graduados com alguma prática de serviço de P.M.~~

12. SÓ PARA AS UNIDADES DOS SERVIÇOS

a. Tipos de material técnico com que operaram:

.....

.....

.....

b. Nível atingido pelos diferentes especialistas:

Especialidades	Bom	Regular	Mediocre	Especialidades	Bom	Regular	Mediocre

c. Deficiências técnicas da Subunidade:

.....

.....

13. TIPOS DE EXERCÍCIOS EFECTUADOS PELA UNIDADE

~~Marcha itineraria, montagem de estacionamento e segurança deste, patrulhamentos, rondas, golpe de mão, emboscadas, escoltas a coluna auto, fiscalização da circulação e repressão de motins.~~

14. OUTROS ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO CONSIDERADOS DE INTERESSE

~~Nada a mencionar~~

.....

.....

DESCLASSIFICADO
CONFIDENCIAL nº 15º
DA LEI Nº 6/94 DE 7 DE ABRIL



15. CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE QUANTO À SUA EFICIÊNCIA PARA O COMBATE:

Categoria 2
.....
.....
.....

Quartel em Belém 21 de Maio de 19.69.....

O Comando do REG. LANG. 2

F. M. FONTES PEREIRA DE MELLO

Coronel de Cav^a

Distribuição (ter em atenção as notas finais sobre o assunto)

- Exemplar n.º 1 - CTI da Guiné
2 - 5ª rep. do E.M.E.
3 - Repartição de Gabinete do C.E.M.E.
4 - Direcção da Arma de Cavalaria
5 - Repartição de Tiro da D.A.I.
6 - 3ª Rep. do E.M.E.
7 - Arquivo



CONFIDENCIAL ADO
 NOS TERMOS DO ARTº 15º
 DA LEI Nº 6/94 DE 7 DE ABRIL

NOTAS REFERENTES À ELABORAÇÃO, ASSINATURA E DISTRIBUIÇÃO
DESTE RELATÓRIO

1. Recomenda-se a maior precisão e justeza possíveis, no preenchimento deste relatório. Pretende-se que este relatório seja um documento construtivo, reflectindo o que honestamente se fez e se tentou fazer e não um relatório amargo e destrutivo do que não foi feito.
2. Este relatório deverá ser elaborado:
 - a. No final da Instrução Especial (apenas para as Unidades Mobilizadas organizadas no início da IE).
 - b. No final da 1.ª Parte da Instrução de Aperfeiçoamento Operacional.
 - c. No final da 2.ª Parte da Instrução de Aperfeiçoamento Operacional ou cinco dias antes da data de embarque da Unidade Mobilizada.
 - d. Sempre que uma Unidade Mobilizada em instrução seja deslocada para novo local de instrução ou aquartelamento, pertencente a outra Unidade Territorial.
3. A entidade responsável pela elaboração deste relatório é o Comandante da Unidade Territorial em que a Unidade Mobilizada se encontra a receber instrução, ou o Comandante em exercício da Unidade Mobilizada, se for mais graduado ou antigo que o da Unidade Territorial. Em qualquer dos casos o relatório é sempre remetido por intermédio da Unidade Territorial. Quando assinado pelo Comandante da Unidade Mobilizada, deverá ser apenso ao mesmo um parecer do Comandante da Unidade Territorial, donde deverá constar:
 - a. Diferenças importantes entre a forma como decorreu a Instrução em causa e as instruções idênticas realizadas anteriormente no mesmo local por outras Unidades Mobilizadas.
 - b. Apoio que a Unidade Territorial não pôde prestar.
 - c. Outros assuntos dignos de menção.

Chama-se a atenção dos Comandantes das Unidades Territoriais da responsabilidade que cabe à sua Unidade no apoio às Unidades Mobilizadas em instrução no seu aquartelamento, devendo pugnar para que lhes sejam satisfeitas todas as necessidades decorrentes da instrução.

4. Deste relatório devem ser elaborados o número de exemplares abaixo indicados, a remeter pela Unidade Territorial ao Quartel General da R. M. ou C. T. I. de que depende:
 - a. No final da Instrução Especial 2 exemplares
 Dos quais um, depois de visado pelo Comandante da R. M. ou C. T. I., deverá ser enviado, para conhecimento, à Direcção da Arma ou Serviço respectivo.
 - b. No final da 1.ª Parte da I. A. O. 2 exemplares
 Dos quais um, depois de visado pelo Comandante da R. M. ou C. T. I., deverá ser enviado, para conhecimento, à Direcção Geral de Instrução do E. M. E.
 - c. No final da 2.ª Parte da I. A. O. ou 5 dias antes da data de embarque 7 exemplares
 Dos quais 6 exemplares, depois de visados pelo Comandante da R. M. ou C. T. I. deverão ser enviados:
 - 1 exemplar, ao Comando da R. M. ou C. T. I. do Ultramar a que se destina a Unidade Mobilizada, por via aérea, até à data de embarque.
 - 1 exemplar, à 5.ª Repartição do EME (Instrução).
 - 1 > , à Repartição do Gabinete do CEME.
 - 1 > , à Direcção da Arma ou Serviço respectivo.
 - 1 > , à Repartição de Tiro da DAI.
 - 1 > , à 3.ª Repartição do EME (Mobilização).

O exemplar que a R. M. ou C. T. I. deve remeter à 5.ª Rep/E. M. E. (Instrução) deverá ser acompanhado de uma nota em que se expliquem as causas das principais deficiências constantes do relatório.

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.